

Tribunal de Contas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA

Secção Regional dos Açores

- 2012 -



Tribunal de Contas
Secção Regional dos Açores



Relatório de Atividades



2012

ÍNDICE

ÍNDICE	3
Apresentação	5
1. RESULTADOS DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA	6
1.1. Síntese	6
1.2. Controlo financeiro prévio	9
1.3. Controlo financeiro concomitante	12
1.4. Controlo financeiro sucessivo	15
1.4.1. <i>Pareceres sobre a conta da Região Autónoma dos Açores e da Assembleia Legislativa</i>	15
1.4.2. <i>Auditorias</i>	18
1.4.3. <i>Verificação Interna de Contas</i>	31
1.4.4. <i>Análise de denúncias</i>	37
1.5. Recursos Humanos	38
2. ATIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO DO TRIBUNAL DE CONTAS	39
3. RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES	41
3.1. Assembleia Legislativa da Região Autónoma e Governo Regional	41
3.2. Órgãos de controlo interno	42
3.3. Outras instituições — EUROJUST E UNIVERSIDADE DOS AÇORES	43
4. APOIO TÉCNICO E APOIO INSTRUMENTAL	44
4.1. Departamento de apoio instrumental	44
5. RECURSOS UTILIZADOS	46
5.1. Recursos Humanos	46
5.2. Recursos Financeiros	50
6. MAPAS DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS / AÇÕES	57
Conclusão de ações de fiscalização prévia, concomitante e sucessiva	58
Grau de execução do Plano de 2012	58

Apresentação

A Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas (SRATC) apresenta, para aprovação do Plenário Geral, a proposta do Relatório de Atividades da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas respeitante ao ano económico de 2012, de acordo com o disposto no artigo 75.º, alínea *b*), conjugado com os artigos 6.º, alínea *c*), 43.º, n.º 3, e 104.º, alínea *c*), da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (LOPTC).

Este documento reporta-se ao segundo ano de execução do Programa Trienal de 2011 a 2013, aprovado em sessão do Plenário Geral, de 21 de junho de 2010.

Tendo presente a estrutura interna da SRATC – um DAT, compreendendo três UAT –, as ações desenvolvidas inseriram-se nas seguintes tipologias:

- Análise de processos de visto;
- Análise de adicionais a contratos visados;
- Ação preparatória do Parecer;
- Auditoria;
- Acompanhamento das recomendações formuladas;
- Verificação interna de contas;
- Acompanhamento de auditorias do Tribunal de Contas da União;
- Análise de relatórios de controlo Interno;
- Análise de denúncias.

1. RESULTADOS DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

1.1. Síntese

Sessões	
Sessões diárias de visto	72
Sessões ordinárias	14
Sessões extraordinárias	2
Sessões especiais ¹	1
Audiências de julgamento	—

Controlo financeiro prévio	
Processos findos	94
Contratos visados	83
Recomendações formuladas	8
Contratos com recusa do visto	4
Visto tácito	—
Volume financeiro controlado (€)	313 629 374,62
Despesa inviabilizada (€)	87 251 431,28

Controlo financeiro concomitante	
Contratos adicionais recebidos	25
Volume financeiro controlado (€)	2 564 315,70
Auditorias aprovadas	2
Volume financeiro controlado (€)	25 442 643
Volume financeiro das irregularidades e ilegalidades (€)	593 297,69
Recomendações formuladas	4
Auditorias em curso	4

¹ Aprovação dos pareceres sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2011 e a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 2011.

Controlo financeiro sucessivo

Pareceres aprovados	2
Relatórios de auditoria aprovados	15
Volume financeiro controlado (€)	280 051 522,00
Volume financeiro das irregularidades e ilegalidades (€)	35 333 640,80
Recomendações formuladas	50
Auditorias em curso	18
Verificação interna de contas aprovadas (n.º contas)	70
Volume financeiro controlado (€)	1 717 203 636,00
Volume financeiro das irregularidades e ilegalidades (€)	1 467 860,50
Recomendações formuladas	131
Verificação interna de contas em curso	20
Análise de relatórios de órgãos de controlo interno	6

Responsabilidades financeiras evidenciadas

Infrações financeiras evidenciadas	11
Responsáveis	20
Relevação da responsabilidade por infração financeira	2
Responsáveis	2
Pagamento voluntário (€)	8.820,00

Execução do plano anual — 2012				
Ações/Tipologia	Programação	Execução		
		Concluída	Em curso	Não iniciada
Auditorias	43	17	22	4
Fiscalização prévia <i>(1 a definir se necessário)</i>	—	—	—	—
Fiscalização concomitante <i>(1 a definir se necessário)</i>	6	2	4	—
Fiscalização sucessiva	37	15	18	4
Verificação interna de contas <i>(n.º de Contas)</i>	92	70	20	2
Pareceres <i>(2 previstos e aprovados)</i>	2	2	—	—
Parecer ALRAA <i>(ações preparatórias)</i>	2	2	—	—
Parecer CRAA <i>(ações preparatórias)</i>	15	15	—	—
Análise de relatórios de controlo interno	10	6	4	—
Análise de denúncias <i>(2 a definir se necessário)</i>	2	2	1	—
Outras ações	20	20	—	—
Subtotal	194	132	47	6
Processos de fiscalização prévia	150	93	—	—
Adicionais a contratos visados	50	25	—	—
Total	394	250	47	6

1.2. Controlo financeiro prévio

A. Movimento processual

Foram visados 83 contratos – mais três do que em 2011.

Foi recusado o visto a quatro contratos – menos um do que em 2011.

Em 2012 não foram interpostos recursos de decisões de recusa de visto. Transitados de 2011, encontram-se dois recursos a aguardar decisão na 1ª Secção.

Não se verificou visto tácito.

	Administração direta e indireta			Setor público empresarial	Total
	Central	Regional	Local		
Transitados de 2011	—	4	8	3	15
Entrados em 2012	—	46	25	23	94
Para análise em 2012		50	33	26	109
Visados	—	45	22	16	83
<i>Visados com recomendação</i>		6	1	1	8
Recusa de visto	—	3	1	—	4
Visto tácito	—	—	—	—	—
Isento de fiscalização prévia		1		2	3
Desistências	—	—	4	—	4
Findos em 2012		49	27	18	94
A transitar para 2013		1	6	8	15
<i>Devolvidos para complemento de instrução</i>	—	39	27	11	77

B. Despesa controlada

O conjunto de 87 contratos que foram objeto de visto ou de recusa de visto, envolveu um volume financeiro de € 313 629 374,62 (em 2011, € 176 407 246,05), assim distribuído:

	Administração direta e indireta		Setor público empresarial	Total
	Regional	Local		
Aquisição imóveis		524 340,00	3 070 595,99	3.594.935,99
Empreitadas	121 249 807,01	17 966 024,98	13 325 584,91	152.541.416,90
Fornecimentos	2 051 028,40	381 796,55	58 744 035,60	61.176.860,55
Prestação serviços	10 390 232,07		17 417 506,88	27.807.738,95
Natureza financeira		5 228 790,81		5 228 790,81
Outros (concessão de serviço público; parceria público-privada)	63 279 631,42			63 279 631,42
Total	196 970 698,90	24 100 952,34	92 557 723,38	313 629 374,62

Os quatro contratos aos quais foi recusado o visto, envolviam um volume financeiro de € 87 251 431,28 (em 2011, € 66 459 731,85), que foi inviabilizado:

	Administração direta e indireta		Total
	Regional	Local	
Empreitadas	24 466 500,00	509 800,00	24 976 300,00
Parceria público-privada	62 275 131,28		62 275 131,28
Total	86 741 631,28	509 800,00	87 251 431,28

C. Principais ilegalidades e irregularidades detetadas - Recomendações

Ilegalidades que fundamentaram a recusa do visto

Ilegalidades	Volume financeiro (€)
Assunção de compromissos sem adequada programação plurianual, acrescendo, num caso, a falta de autorização prévia da Assembleia Municipal, e noutro, a exclusão de propostas com erros que foram propiciados pela entidade adjudicante ao não fornecer aos interessados uma nova lista de espécies de trabalhos e respetivo mapa de quantidades devidamente retificado, na sequência da aceitação de erros e omissões do caderno de encargos.	24 976 300,00
Lançamento e contratação de parceria público-privada sem o cumprimento das normas relativas à programação financeira plurianual constantes da lei de enquadramento orçamental e com insuficiente demonstração da respetiva comportabilidade orçamental.	62 275 131,28

Irregularidades detetadas

Fórmula de valoração do fator *Preço* do critério de adjudicação que não permite diferenciar as propostas que apresentem um preço considerado anormalmente baixo, prejudicando a aplicação do regime de propostas com preço anormalmente baixo fixado no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Modelo de avaliação que, ao não permitir diferenciar as propostas que apresentem um preço considerado anormalmente baixo, promove a elevação dos preços, podendo não assegurar a apresentação e posterior escolha da proposta economicamente mais vantajosa, que é o objetivo do critério de adjudicação adotado, com inobservância do disposto na alínea a) do artigo 74.º do CCP

Projeto de execução que não inclui uma lista completa de todas as espécies de trabalhos necessários à realização da obra posta a concurso e o respetivo mapa de quantidades.

Recomendações formuladas

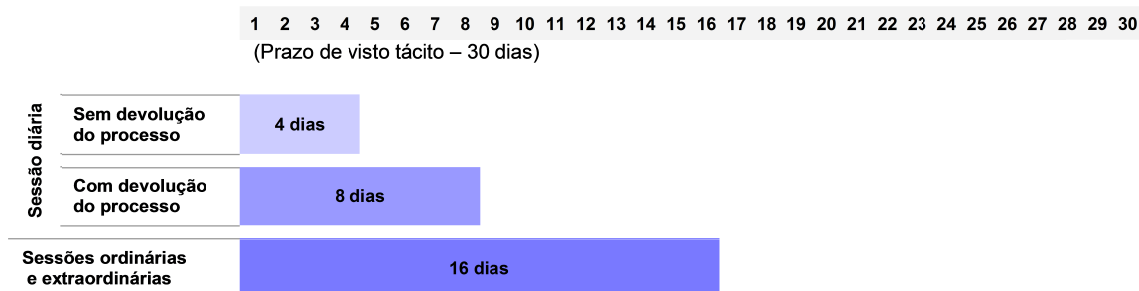
No caso do critério de adjudicação ser o da proposta economicamente mais vantajosa, adote um modelo de avaliação que, se incluir o fator *Preço*, permita distinguir todas as propostas que apresentem preços diferentes, pontuando melhor as de valor inferior, sem prejuízo do regime legal aplicável às propostas de preço anormalmente baixo.

O projeto de execução deve ser acompanhado de uma lista completa de todas as espécies de trabalhos necessários à execução da obra a realizar e do respetivo mapa de quantidades.

D. Prazo médio de decisão

A maior parte dos processos de fiscalização prévia decidiu-se em sessão diária de visto, num prazo médio de 8 dias, que baixa para 4 dias, não havendo devolução do processo. Em sessões ordinárias ou extraordinárias, decidiram-se, apenas, 12 processos.

Ao longo do ano houve necessidade de, durante alguns períodos, reduzir o ritmo de análise dos processos de fiscalização prévia em virtude da realização de estágios nesta área.



1.3. Controlo financeiro concomitante

A. Auditorias programadas - execução

Proc.º	Designação	Exec. (%)	Relatório n.º	Data Aprovação	Vol Financ (€)	Departº
11/102.02	Adicionais ao contrato de empreitada de construção dos centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem das Ilhas das Flores e Graciosa (proc.º n.º 92/2009)	100	10/12-FC/Sratic	12-09-2012	12.304.131	UAT I
11/102.03	Adicionais ao contrato de empreitada de construção da EB2,3 de Água de Pau (proc.º n.º 105/2010)	100	15/12-FC/Sratic	18-12-2012	13.138.511	
10/102.02	Adicionais ao contrato de empreitada de construção da Escola Básica Integrada de Ponta Garça (proc.º n.º 81/2008)	90				
12/102.02	Adicionais a contratos de empreitada de obras públicas - Administração directa e indirecta e empresas públicas da Região Autónoma dos Açores	80				
12/103.01	Azorina, SA - Contratos de trabalho e contratos de prestação de serviços com pessoas singulares	70				
11/103.01	Contratos de prestação de serviços com pessoas singulares - IDSA - Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores, I. P. R. A.	20				

B. Auditoria a destacar

Relatório n.º 10/2012-FC/SRATC — Adicionais ao contrato de empreitada de construção dos centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem das Ilhas das Flores e Graciosa (proc.º n.º 92/2009)

Principais objetivos:

- Apreciar a legalidade dos atos autorizadores da celebração dos contratos adicionais e dos atos decorrentes da sua execução, incluindo o fundamento e a qualificação dos trabalhos objeto dos adicionais;
- Avaliar as repercussões dos adicionais no custo e no prazo de execução da empreitada;
- Verificar o cumprimento da obrigação de remessa dos adicionais ao Tribunal de Contas, no quadro das Instruções n.º 1/2006 – SRATC.

Principais conclusões:

- Foram celebrados dois adicionais ao contrato de empreitada em consequência dos quais a despesa ascendeu a € 12 304 131,33, ultrapassando, em 15,86%, o valor de adjudicação, fixado em € 10 620 000,00.
- Os trabalhos a mais objeto dos adicionais decorreram, na sua maioria, de erros e omissões do projeto, reclamados pelo empreiteiro, e da inadequação do projeto às condições locais existentes.
- O primeiro adicional integrou a construção de uma estação de transferência na Ilha Graciosa, adjudicada ao empreiteiro em obra, por ajuste direto, pelo preço de € 593 297,69. Por configurarem uma empreitada diferente, estes trabalhos não poderiam ter sido adjudicados como trabalhos a mais.
- No decurso da execução da empreitada foram concedidas duas prorrogações de prazo que envolveram, no total, um acréscimo de prazo 305 dias, correspondente a 83% do prazo inicial.

Relatório n.º 10/2012-FC/SRATC — Adicionais ao contrato de empreitada de construção dos centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem das Ilhas das Flores e Graciosa (proc.º n.º 92/2009)

Principais recomendações:

- Promover a cuidada revisão dos projetos antes de serem postos a concurso, zelando para que cumpram as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao tipo de obra em causa.
- Em caso de realização de trabalhos não previstos, designadamente, trabalhos a mais, deve demonstrar-se a verificação de todos os pressupostos legais de que depende a pretendida modificação objetiva do contrato.
- Se for decidida a realização de trabalhos que não se destinem à execução de obra que foi posta a concurso, esses trabalhos devem ser objeto de novo contrato, precedido de adequado procedimento pré-contratual.

Objetivo estratégico no Plano Trienal 2011/2013:

- **Objetivo Estratégico 2** — Intensificar o controlo externo sobre os grandes fluxos financeiros, sobre os domínios de maior risco e sobre as áreas de inovação da gestão dos recursos públicos.
- **Objetivo Estratégico 3** — Aperfeiçoar a qualidade, a tempestividade e a eficácia do controlo financeiro e jurisdicional do Tribunal e melhorar o impacto das respetivas ações.

Linha de Orientação Estratégica no Plano Trienal 2011/2013:

- **2.5** Executar as ações necessárias que visem prevenir e erradicar todos os fatores que contribuam para os significativos desvios financeiros na contratação pública e para o prolongamento sistemático dos prazos inicialmente acordados.
- **3.4** Consolidar uma cultura interna de grande rigor e exigência e que privilegie a tempestividade e a atualidade em todos os domínios do controlo financeiro do Tribunal.

C. Análise de adicionais a contratos visados

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 47.º da LOPTC devem ser remetidos ao Tribunal os atos e contratos sobre a execução de trabalhos a mais e de suprimento de erros e omissões, no âmbito de empreitadas de obras públicas cujos contratos hajam sido visados.

Receberam-se 25 atos e contratos, no valor global de € 2 564 315,70.

Tipo de Administração	Atos e contratos remetidos	Volume Financeiro (€)
Administração Regional	7	1 745 171,41
Administração Local	10	652 727,63
Sector Público Empresarial Regional	8	166 416,66
Total	25	2 564 315,70

Neste âmbito, desenvolveu-se uma auditoria que incidiu sobre os atos e contratos que titulam a execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros e omissões, relativamente a contratos de empreitada de obras públicas celebrados pela Administração direta e indireta e empresas públicas da Região Autónoma dos Açores, na vigência do Código dos Contratos Públicos e que tenham sido visados até 31-12-2011 (Proc.º 12/102.02).

D. Principais irregularidades/ilegalidades

Relatório n.º	Irregularidade/ilegalidade	Volume Financeiro (€)
10/2012-FC/SRATC	Adjudicação, por ajuste direto, da construção de uma estação de transferência, formalizando-a em adicional a contrato de empreitada de obras públicas, quando a sua realização teria de fundamentar-se em novo contrato, precedido de concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação e sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.	593 297,69

1.4. Controlo financeiro sucessivo

1.4.1. Pareceres sobre a conta da Região Autónoma dos Açores e da Assembleia Legislativa

Foram aprovados dois pareceres sobre as gerências de 2011, respeitantes à Assembleia Legislativa e à Conta da Região.

Proc.º	Designação	Parecer n.º	Data Aprovação	Vol Financ (€)	Departº
12/105	Parecer sobre a Conta de Gerência da ALRAA - 2011	02_2012	07-12-2012	14.436.292	UAT II
12/106	Parecer e Relatório sobre a CRAA - 2011	01_2012	07-12-2012	1.258.957.074	UAT II / UAT III

O **Parecer sobre a Conta da ALRAA** compreende duas ações e teve como suporte, ainda, uma auditoria.

- **Principais conclusões**

A Conta de Gerência foi instruída, eletronicamente, com os documentos necessários à sua conferência e análise, nos termos das instruções do Tribunal de Contas;

As transferências do ORAA constituem a principal fonte de financiamento da ALRAA, totalizando € 11,5 milhões, cerca de 95,7% da Receita total. Em 2011, diminuíram 1,8% relativamente a 2010;

A Despesa, no valor de € 11,3 milhões, destina-se, em 57,4%, a encargos com pessoal (€ 6,5 milhões);

A Despesa com a atividade parlamentar totalizou, no mínimo, € 6,6 milhões, correspondentes a 58,8% da despesa global. Diminuiu 10,6%, relativamente a 2010, devido, sobretudo, à redução das transferências para a Caixa Geral de Aposentações, para pagamento das subvenções e das Remunerações dos Deputados;

As transferências para os grupos e representações parlamentares, a título de *subvenção mensal*, definidas no Decreto Legislativo Regional n.º 3/2009/A, de 6 de março, totalizaram € 870 820 (13,1% do total gasto com a atividade parlamentar). Os montantes atribuídos estão de acordo com os requisitos definidos no referido diploma legal;

Duas das três recomendações efetuadas, passíveis de verificação, foram acatadas;

Cumprindo a recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção, a ALRAA elaborou e entregou o documento adaptado às suas especificidades, que integra o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

- **Principais recomendações**

Perante o acolhimento das recomendações anteriormente formuladas, não se justificaram novas recomendações.

O **Parecer sobre a Conta da Região** compreende 17 ações.

- **Principais conclusões / recomendações – aspetos relevantes**

Na **preparação e aprovação** do Orçamento e do Plano de Investimentos, cumpriu-se, na generalidade, o disposto nos normativos legais aplicáveis. Contudo, **destacam-se**, os seguintes aspetos:

- Omissão dos critérios de atribuição de subsídios regionais, nos anexos informativos da proposta orçamental;
- Falta de referência aos Investimentos do Plano previstos numa perspetiva plurianual, com evidência para os compromissos assumidos;
- Não identificação das entidades envolvidas na concretização do investimento público, identificadas por Outros Fundos;
- Não especificação das fontes de financiamento comunitário do investimento previsto, por programa, projeto e ação;

Os documentos sobre a **atividade financeira da Região** - CRAA e Relatório de Execução do Plano -, foram elaborados, cumprindo-se, genericamente, o estabelecido nos diplomas legais aplicáveis. Enumeram-se algumas **situações que carecem de especificação e correção**:

- Conhecimento da aplicação das verbas concedidas a título de Transferências, Subsídios e Ativos Financeiros, por parte das entidades beneficiárias;
- Identificação dos compromissos financeiros assumidos e concretizados, bem como os encargos assumidos e não pagos, por programa, projeto e ação, numa perspetiva plurianual;
- Identificação das entidades designadas por Outros Fundos, envolvidas na execução do Investimento Público e respetiva execução material e financeira;
- Identificação das fontes de financiamento comunitário do investimento realizado, por programa, projeto e ação, dos fundos estruturais e da intervenção comunitária envolvida, assim como dos projetos executados com recurso a financiamento bancário;
- Análise consolidada dos resultados alcançados com a atribuição de apoios financeiros, permitindo uma avaliação objetiva da sua eficácia, economia e eficiência;
- Fixação de critérios objetivos para o cálculo do limite máximo do endividamento indireto acumulado;
- Conta consolidada apresentada de forma suficientemente explícita.

No âmbito da **execução orçamental**, enumeram-se algumas **situações que importa acautelar/evitar**:

- Elaboração de um orçamento demasiado otimista, com riscos associados de derrapagem orçamental;
- Não cumprimento do equilíbrio orçamental, ou seja, despesa efetiva superior à receita efetiva;
- Elevado volume financeiro da despesa atribuída a outras entidades públicas e privadas, a título de Transferências, Subsídios e Ativos Financeiros, 52% do total e 68% do Plano de Investimentos, sem que exista um efetivo sistema de acompanhamento, controlo e avaliação, por parte da Administração Regional;
- Manutenção de Empresas Públicas e Serviços e Fundos Autónomos, maioritariamente sem receitas próprias, ou com pouca expressão financeira, dependentes do Orçamento Regional;
- Setor Público Empresarial Regional, em especial na área da Saúde, com resultados líquidos negativos e uma dívida bancária considerável, maioritariamente avalizada pelo Governo Regional;
- Aplicação das receitas provenientes das reprivatizações em fins diferentes dos definidos na Lei-Quadro e na Constituição da República Portuguesa;

Para uma **melhor apreciação da atividade** financeira e patrimonial da Região, **reafirma-se indispensável:**

Aplicar o POCP nos Serviços Integrados;

Completar a avaliação e inventariação do Património, que permita elaborar o Balanço Patrimonial;

Identificar as responsabilidades contratuais plurianuais dos serviços integrados, dos Serviços e Fundos Autónomos, dos Serviços de Saúde e das Empresas Públicas;

Proceder a uma análise aprofundada sobre a aplicação dos fluxos financeiros atribuídos a entidades públicas e privadas;

Apresentar o volume global dos fluxos financeiros da UE transferidos para Região, sistematizados em mapa de origem e aplicação de fundos;

Justificar as variações financeiras ocorridas, tanto na Receita como na Despesa;

Evidenciar no Relatório de Execução do PRA a totalidade do Investimento Público, em afinidade com o aprovado no Plano Regional e apresentar uma avaliação ao Investimento realizado, face aos objetivos estratégicos de desenvolvimento previstos.

Importa, ainda, realçar:

O **acréscimo de encargos** que o Orçamento Regional terá de suportar, para fazer face ao pagamento das atuais obrigações contratualizadas;

O **volume de endividamento** do Setor Público Empresarial Regional e uma significativa dependência do Orçamento Regional;

O **reduzido grau de acatamento das recomendações** que o Tribunal tem vindo a aprovar, em sede de Parecer sobre a Conta da Região, para além da contínua falta de esclarecimentos, suficientemente fundamentados, fornecidos, pelo Governo Regional, aquando do contraditório.

1.4.2. Auditorias

	Administração Regional direta e indireta	Administração Local	Setor público empresarial regional	Total
Programadas	14	14	9	37
Concluídas/aprovadas	6	9	—	15
<i>Volume financeiro</i>	<i>63.171.239</i>	<i>216.880.283</i>	—	<i>280.051.522</i>
Em execução	6	5	7	18
Não iniciadas	2	—	2	4
Recomendações formuladas	26	24	—	50

A. Administração Regional direta e indireta

Proc.º	Designação	Execução (%)	Relatório n.º	Data Aprovação	Vol Financ (€)	Departº
12/105.01	Actividade e Gestão dos Serviços da ALRAA	100	12/12-FS/Sratc	26-09-2012	14.436.292	UAT II
11/106.01	Deslocações e ajudas de custos nos gabinetes dos membros do Governo Regional	100	08/12-FS/Sratc	15-06-2012	131.573	
10/113.03	Escola Secundária Domingos Rebelo e Fundo Escolar	100	01/12-FS/Sratc	12-01-2012	12.704.888	
11/108.02	Fundo Regional do Desporto	100	05/12-FS/Sratc	04-05-2012	3.977.581	
12/106.01	Enquadramento legal de apoios atribuídos pela SRCTE	90				
11/106.02	Apoios à Actividade Empresarial [Projecto 11.4 do Plano]	75				
12/108.02	Protocolos de natureza financeira entre a Segurança Social e as IPSS	60				
12/106.02	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria [despesas do ORAA]	50				
11/108.01	Escola Profissional de Capelas	20				
12/108.01	Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade	NI				
11/106.03	Prorural: Medida 1.6 / Melhoria do valor económico das florestas; Medida 1.7 - Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais.	100	06/12-FS/Sratc	17-05-2012	8.259.386	UAT III
11/106.04	Aplicação e controlo das transferências do ORAA - Plano de Investimentos - para sociedades e quase sociedades não financeiras privadas, a seleccionar.	100	02/12-FS/Sratc	22-03-2012	23.661.518	
12/106.04	Aquisição de Bens e Serviços Correntes - Rúbrica Residual - Plano de Investimento (Cap 40)	50				
12/106.03	Centro de Artes Contemporâneas dos Açores (Proconvergência)	NI				

NI – Não iniciada

A.1 Auditorias a destacar

Relatório n.º 08/2012-FS/SRATC — Deslocações e ajudas de custos nos gabinetes dos membros do Governo Regional

Principais objetivos:

- Legalidade dos atos e procedimentos administrativos, contabilísticos e financeiros;
- Controlo interno;
- Acatamento das recomendações formuladas em anteriores relatórios.

Principais conclusões:

- Circuito e controlo processual decorrem, na generalidade, de acordo com os trâmites legais;
- Deficiências na coordenação e cooperação interdepartamental, com impacto no valor das despesas efetuadas;
- Englobados serviços de natureza diversa, em faturas referentes a alojamentos, justificados como inerentes ao estatuto do titular do cargo;
- Insuficientemente discriminação de despesas constantes em orçamento;
- Falta de correspondência entre requisições e faturas.

Principais recomendações:

- Intensificar a coordenação e cooperação interdepartamental;
- As faturas referentes a alojamentos, só devem conter despesas com aquela natureza;
- Condicionar a adjudicação de serviços à discriminação objetiva e adequada dos custos das diferentes prestações mencionadas nos orçamentos;
- Observar a correspondência entre requisições e faturas.

Objetivo estratégico no Plano Trienal 2011/2013:

- **Objetivo Estratégico 1** — Avaliar sistematicamente a execução das políticas e programas públicos no contexto da crise económico-financeira bem como dos seus efeitos na sustentabilidade das finanças públicas e na equidade intergeracional.

Linha de Orientação Estratégica no Plano Trienal 2011/2013:

- **1.2** — Intensificar o controlo sobre a fiabilidade, fidedignidade e integralidade das demonstrações financeiras do sector público

Principais objetivos:

- Verificar a legalidade e a regularidade processual e financeira dos apoios concedidos no âmbito do PRORURAL aos projetos 01.2009.92.0309.0.0 (Medida 1.6) e 01.2008.95.0201.1.0 (Medida 1.7), bem como a conformidade das operações aprovadas nas suas componentes: material, financeira e contabilística.

Principais conclusões:

- Os procedimentos adotados pela Autoridade de Gestão do PRORURAL, em sede de apresentação dos pedidos de apoio, análise, decisão e contratação, estão, na generalidade, em conformidade com as disposições legais, salientando-se, como exceção, os controlos administrativos em matéria de verificação dos financiamentos realizados através dos cofres regionais (ambos os projetos), a aplicação dos critérios de seleção e de cumprimento do prazo para a homologação da decisão (projeto da Medida 1.6) e a classificação do projeto de investimento, apreciação das condições de elegibilidade do beneficiário, aferição da razoabilidade dos custos propostos e definição do montante máximo do apoio (projeto da Medida 1.7);
- Ao nível dos Pedidos de Pagamento a verificação efetuada à elegibilidade das despesas, à legalidade e regularidade dos procedimentos adotados pelas entidades intervenientes no processo e, ainda, à instrução do processo físico da operação, materializado em *dossiers*, evidencia o cumprimento generalizado pelos requisitos e pelas regras instituídas e o respeito pelo legalmente estabelecido, salientando-se, no entanto, os seguintes aspetos relativamente ao Projeto n.º 01.2008.95.0201.1.0, integrado na Medida 1.7:
 - No âmbito da elegibilidade formal e do registo contabilístico, a existência de incoerência entre as datas dos documentos comprovativos da despesa do fornecedor MMC, Lda., no valor de € 6 175,00. A fatura n.º 52 foi emitida a 03.06.2001, o pagamento foi realizado a 06.05.2004 e 27.05.2004, e o respetivo registo contabilístico foi efetuada a 31.05.2004;
 - Ao nível da elegibilidade normativa, foi observado o cumprimento dos normativos legais em matéria de contratação pública, encontrando-se o promotor dispensado do seu cumprimento. No entanto, no âmbito dos princípios da transparência e da concorrência instituídos ao nível comunitário e nacional, que devem estar presentes aquando da realização de qualquer gasto público, o seu cumprimento não foi assegurado. Também não foi demonstrada a pertinência do seu não cumprimento, pela reduzida relevância dos contratos para o mercado interno, o que é suscetível de não acautelar e preservar os interesses comunitários e nacionais envolvidos;
 - Ao nível contabilístico a não evidência no Balancete Geral da Finisterra – Cooperativa de Laticínios do Topo, CRL, de dezembro de 2010, da realização da transferência do valor da ajuda recebida, na mesma proporção das amortizações, para a Conta de proveitos 7883 – *Imputação de Subsídios para Investimentos*;
 - A instrução do processo físico da operação, materializado em *dossiers*, na posse da AG e do Promotor do Projeto, era exígua na especificação das despesas não elegíveis, carecendo de uma maior explicitação;
- A não comprovação do cumprimento da obrigatoriedade legal de publicitação do apoio por parte do Promotor. Em sede de contraditório, a AG remeteu cópia de uma fotografia tirada a um painel, mas cujo conteúdo não é legível.

Relatório n.º 06/2012-FS/SRATC — Prorural: Medida 1.6 / Melhoria do valor económico das florestas; Medida 1.7 - Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais.

Principais recomendações:

1. Implementar procedimentos e mecanismos, devidamente formalizados, para efeitos de verificação dos apoios atribuídos através dos cofres regionais, evitando eventuais duplos financiamentos, bem como quanto ao respeito pelos limites máximos de ajudas;
2. Desenvolver esforços no sentido de definir e estabelecer critérios objetivos para efeitos de aplicação da noção de impacto relevante, por forma a garantir a transparência e a objetividade exigível em matéria de análise de pedidos de apoio;
3. Adotar procedimentos passíveis de detetar e corrigir atempadamente as situações irregulares assinaladas, de modo a garantir a gestão e execução rigorosa do PRORURAL, quanto ao estabelecido nas alíneas *b)* e *t)* do n.º 5 da Resolução do Conselho do Governo n.º 35/2008, de 5 de março;
4. No âmbito do Projeto n.º 01.2008.95.0201.1.0, integrado na Medida 1.7, remeter as devidas provas documentais em falta, designadamente:
 - a)* Cópia do Relatório da Vistoria realizada a 17.10.2011, com evidência para o cumprimento da obrigatoriedade de publicitação do apoio pelo promotor e fotografia legível do painel publicitário;
 - Cópia dos comprovativos de regularização/recuperação do montante do subsídio pago indevidamente, no valor de € 119 357,65, aquando do último Pedido de Pagamento.

Objetivo estratégico no Plano Trienal 2011/2013:

- **Objetivo Estratégico 1** — Avaliar sistematicamente a execução das políticas e programas públicos no contexto da crise económico-financeira bem como dos seus efeitos na sustentabilidade das finanças públicas e na equidade intergeracional.

Linha de Orientação Estratégica no Plano Trienal 2011/2013:

- **1.2** — Intensificar o controlo sobre a fiabilidade, fidedignidade e integralidade das demonstrações financeiras do sector público.

A.2 Principais irregularidades/ilegalidades

Relatório n.º	Irregularidade/ilegalidade	Volume financeiro(€)
08/2012-FS/SRATC	Processamento da folha de despesa n.º 689 sem cabimento orçamental	6,65
	Ajuda de custo pago em excesso	168,58
	Despesa sem suporte legal	429,31
06/2012-FS/SRATC	<p>Ilegalidade: Ausência de publicitação do apoio comunitário.</p> <p>Irregularidade: Os controlos administrativos, instituídos pela Autoridade de Gestão, em sede de análise técnica dos pedidos de apoio, não contemplam procedimentos para verificação dos financiamentos realizados através dos cofres regionais;</p> <p>Utilização de critérios de seleção, e respetivas pontuações, diferentes dos constantes do artigo 17.º do Regulamento da Medida 1.6., publicado à data da análise do pedido de apoio;</p> <p>Ultrapassagem do prazo de 180 dias para a homologação da decisão;</p> <p>Não aferição sobre a razoabilidade dos custos propostos;</p> <p>Fundamentação insuficiente para efeitos de classificação do projeto de investimento;</p> <p>O Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão, aquando da emissão do parecer técnico em sede de análise de candidatura, não se pronunciou sobre as condições de elegibilidade do beneficiário em matéria de cumprimento dos normativos de contratação pública, não obstante dispor o processo, dos documentos necessários para esse efeito e/ou suscetíveis de desencadear questões necessárias à referida análise;</p> <p>Ausência de evidência da fixação do montante máximo do apoio, por parte do Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão, no formulário relativo à análise e cálculo do apoio.</p>	
02/2012-FS/SRATC	<p>Ilegalidade: Atribuição e pagamento de 4 apoios financeiros sem suporte legal.</p>	103.892,37
	<p>Irregularidade: Não publicitação semestral dos apoios concedidos, com um limite de materialidade fixado, em 2010, em € 17 100,00;</p>	19.599.813,13
	<p>Incorreções na contabilização dos apoios, por inadequada imputação da despesa à Ação do PRA, e escrituração em rubrica de CE incompatível com as características do apoio atribuído e/ou com a natureza da entidade beneficiária;</p>	7.892.929,22
	<p>Transferência do valor do apoio, com os n.ºs de ordem 202/203, na conta bancária aberta em nome de Ricardo Bento Moura, quando deveria ter sido na conta bancária da entidade que o representa e com a qual foi celebrado o contrato-programa, empresa Atlandidatv, Lda;</p>	100.000,00
	<p>Não contabilização da transferência efetuada, referente ao apoio com os n.ºs de ordem 202/203, pela empresa Atlandidatv, Lda;</p> <p>Não contabilização da transferência efetuada, referente ao apoio com o n.º de ordem 95, pela empresa SINAGA, S.A.</p>	41.210,37
Total		23.648.450,00

A.3 Acolhimento de recomendações

Tomou-se conhecimento do acolhimento de recomendações formuladas, das quais se destacam as seguintes.

Relatório n.º	Recomendações	Acolhimento
12/2012- FS/SRATC	– Corrigir as situações de contratos de avença irregulares;	RA
	– Elaborar um inventário que englobe a totalidade dos bens, incluindo os das Delegações, com referência à afetação geográfica;	RA
08/2012- FS/SRATC	– Intensificar a coordenação e cooperação interdepartamental;	IA
	– As faturas referentes a alojamentos, só devem conter despesas com aquela natureza;	IA
	– Condicionar a adjudicação de serviços à discriminação objetiva e adequada dos custos das diferentes prestações mencionadas nos orçamentos;	IA
	– Observar a correspondência entre requisições e faturas.	IA
01/2012- FS/SRATC	– Exarar as delegações de competências em ata;	RA
	– Identificar dos bens existentes, para se conhecer a expressão financeira do património;	RA
	– Respeitar as Instruções do TC referentes à organização das contas de gerência;	RA
	– As despesas devem ser autorizadas pelo órgão competente	RA
06/2012- FS/SRATC	– Implementar procedimentos e mecanismos, devidamente formalizados, para efeitos de verificação dos apoios atribuídos através dos cofres regionais, evitando eventuais duplos financiamentos, bem como quanto ao respeito pelos limites máximos de ajudas.	RA
	– Desenvolver esforços no sentido de definir e estabelecer critérios objetivos para efeitos de aplicação da noção de impacto relevante, por forma a garantir a transparência e a objetividade exigível em matéria de análise de pedidos de apoio.	INA
	– Adotar procedimentos passíveis de detetar e corrigir atempadamente as situações irregulares detetadas, de modo a garantir a gestão e execução rigorosa do PRORURAL, quanto ao estabelecido nas alíneas b) e t) do n.º 5 da Resolução do Conselho do Governo n.º 35/2008, de 5 de março.	RAP
	– No âmbito do Projeto n.º 01.2008.95.0201.1.0, integrado na Medida 1.7, remeter as devidas provas documentais em falta, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Cópia do Relatório da Vistoria realizada a 17.10.2011, com evidência para o cumprimento da obrigatoriedade de publicitação do apoio pelo promotor e fotografia legível do painel publicitário; • Cópia dos comprovativos de regularização/recuperação do montante do subsídio pago indevidamente, no valor de € 119 357,65, aquando do último Pedido de Pagamento. 	IA
		RNA

Relatório n.º	Recomendações	Acolhimento
02/2012-FS/SRATC	<p>1. Os departamentos governamentais deverão garantir a legalidade e regularidade processual dos apoios concedidos, bem como um adequado controlo <i>ex-ante</i> e <i>ex-post</i>, ao nível documental, físico/material e financeiro/contabilístico, de modo a assegurar uma correta aplicação dos dinheiros públicos. Tornar os sistemas de controlo interno mais eficazes;</p> <p>2. Relativamente às situações evidenciadas como irregulares e passíveis de correção, deverão os respetivos departamentos governamentais, proceder em conformidade e remeter ao Tribunal os correspondentes documentos de suporte, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio financeiro com o n.º de ordem 53 – comprovativos do registo contabilístico do apoio recebido e das despesas já pagas, associadas à concretização financeira do apoio. • Apoio financeiro com os n.ºs de ordem 202/203 – correção do NIB de transferência do valor do apoio atribuído, no montante de € 100 000,00 e contabilização, pela empresa AtlantidaTV Lda., do valor do apoio recebido. • Apoio financeiro com o n.º de ordem 759 – correção financeira de € 37,15. • Apoio financeiro com o n.º de ordem 95 – contabilização do apoio recebido pela empresa SINAGA, SA, no valor de € 41 210,37. 	<p>A verificar em sede de futuras auditorias</p> <p>RAP</p> <p>SI</p> <p>SI</p> <p>SI</p>

IA — Informação de acolhimento; RA — Recomendação acolhida; RAP — Recomendação acolhida parcialmente; SI — Sem informação; RNA — Recomendação não acolhida; INA — Informação de não acolhimento

A.4 *Indicador de impacto*

Relatório n.º	Impacto esperado
08/2012- FS/SRATC	<p>Em auditoria realizada às deslocações e ajudas de custo dos Gabinetes dos Membros do Governo Regional, um Membro do Governo optou pelo abono de ajudas de custo nas deslocações para a sua ilha de residência, em virtude do domicílio profissional se localizar noutra ilha. A situação tinha cobertura legal, mas a despesa seria inferior, caso optasse pelo abono nas deslocações para o domicílio profissional.</p> <p>A norma foi alterada, após a aprovação do relatório de auditoria, cessando o direito ao abono nas deslocações, ainda que em serviço, na ilha onde mantém habitação própria ou permanente.</p> <p>O impacto futuro não é quantificável, mas o efeito da alteração legislativa, no ano de 2011, seria uma redução € 6 365,48 na despesa, sem considerar o Gabinete de outro Membro do Governo, não incluído na amostra, onde se desconhece se situação semelhante terá ocorrido.</p> <p>O acatamento de recomendações é, também, um impacto positivo.</p>
06/2012- FS/SRATC	<p>Rigor, quer ao nível da legalidade, quer da regularidade, na aprovação, aplicação, e controlo dos apoios financeiros de âmbito comunitário concedidos, nomeadamente pelo PRORURAL, e regularização/recuperação de apoios comunitários pagos indevidamente.</p>
02/2012- FS/SRATC	<p>Rigor, quer ao nível da legalidade, quer da regularidade, na concessão, aplicação e controlo das verbas transferidas, através do ORAA – Plano de Investimentos, para as empresas privadas da RAA, e a regularização/recuperação de dinheiros públicos pagos indevidamente.</p>

B. Administração Local e setor empresarial local

Proc.º	Designação	Execução (%)	Relatório n.º	Data Aprovação	Vol Financ (€)	Departº
08/117.01	VFC Empreendimentos, EM - Relações financeiras com o Município de Vila Franca do Campo e empresas participadas	100	13/12-FS/Sratic	12-11-2012	20.620.587	UAT I
11/104.01	Município de Ponta Delgada - Dívida pública e encargos plurianuais	100	04/12-FS/Sratic	04-05-2012	58.389.457	
11/104.02	Município de Angra do Heroísmo - Dívida pública e encargos plurianuais	100	14/12-FS/Sratic	27-11-2012	25.118.783	
11/104.03	Município da Horta - Dívida pública e encargos plurianuais	100	11/12-FS/Sratic	26-09-2012	11.070.568	
12/104.01	Município da Ribeira Grande - Dívida pública e encargos plurianuais	100	09/12-FS/Sratic	12-07-2012	33.471.547	
12/104.02	Município da Praia da Vitória - Dívida pública e encargos plurianuais	100	16/12-FS/Sratic	18-12-2012	40.793.522	
12/104.03	Município da Lagoa - Dívida pública e encargos plurianuais	100	17/12-FS/Sratic	18-12-2012	24.665.333	
12/104.06	Situação Financeira da Freguesia da Feteira (Angra Heroísmo)	100	03/12-FS/Sratic	22-03-2012	125.486	
12/104.07	Plano saneamento financeiro Município Povoação - acompanhamento recomendações	100	07/12-FS/Sratic	17-05-2012	2.625.000	
09/117.02	Espaço Povoação – Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, EM - Relações financeiras com o Município da Povoação e empresas participadas	70				
10/117.02	Ribeira Grande Mais – Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, EM - Relações financeiras com o Município da Ribeira Grande e empresa participada	60				
11/104.05	Estatuto Remuneratório dos membros da CM Vila Franca do Campo (2005-2011)	60				
12/104.05	S.D.M.S.A., EEM - Objecto social e relações financeiras com o Município de Vila do Porto	50				
12/104.04	Município do Nordeste - Dívida pública e encargos plurianuais	10				

B.1 Auditoria a destacar

Relatório n.º 13/2012-FS/SRATIC — VFC Empreendimentos, EM - Relações financeiras com o Município de Vila Franca do Campo e empresas participadas

Principais objetivos:

- Identificação das relações institucionais, técnicas e financeiras existentes entre o Município de Vila Franca do Campo, a *VFC Empreendimentos, EM*, e as empresas participadas por esta;
- Análise do grau de execução dos projetos que estiveram na base da criação da *VFC Empreendimentos, EM*, e da sua participada *Gesquelhas, SA*;
- Verificação do cumprimento das regras de equilíbrio de contas (artigos 31.º e 32.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro) relativamente à *VFC Empreendimentos, EM*, e à *Gesquelhas, SA*.

Relatório n.º 13/2012-FS/SRATC — VFC Empreendimentos, EM - Relações financeiras com o Município de Vila Franca do Campo e empresas participadas

Principais conclusões:

- Não houve transferência de riscos e de responsabilidades para o parceiro privado que justificasse a constituição da parceria para a construção do Pavilhão Multiusos utilizando como veículo a *Gesquelhas, SA*, uma vez que as prestações a que o parceiro privado se obrigou constituem, essencialmente, prestações típicas de um contrato de empreitada.
- Em 2007, o Município de Vila Franca do Campo, apesar de não dispor de capacidade legal de endividamento, obteve crédito bancário, no montante de € 1 300 000,00, mediante a realização de uma operação que envolveu a venda de um imóvel à *VFC Empreendimentos, EM*, e o recurso, através desta, a empréstimo bancário para pagar o preço, cabendo ao Município vendedor assegurar o reembolso do empréstimo e o pagamento dos juros, por a empresa não dispor de meios para o efeito.
- A *VFC Empreendimentos, EM*, atribuiu subsídios à Fundação Escola Profissional de Vila Franca do Campo e à *Gesquelhas, SA*, o que não se enquadra no objeto legalmente possível de uma empresa municipal, por ser uma atividade de natureza administrativa, sem carácter empresarial.
- A *VFC Empreendimentos, EM*, não exerce qualquer atividade económica, de oferta de bens e serviços, que justifique o recurso a uma pessoa coletiva com a forma de empresa, distinta do Município.

Principais recomendações:

À *VFC Empreendimentos, EM*:

- Abster-se de atribuir subsídios, por ser uma atividade de natureza administrativa, sem carácter empresarial;
- Submeter a fiscalização prévia do Tribunal de Contas os atos e contratos, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º da LOPTC.

Ao Município de Vila Franca do Campo:

- Cumprir o regime jurídico da contratação pública, quer na escolha dos parceiros privados em sociedades comerciais participadas, quer na celebração de contratos com estas entidades;
- Observar estritamente o regime legal do endividamento autárquico, sem recorrer a operações que visem contornar os respetivos limites, designadamente envolvendo entidades participadas.

Objetivo estratégico no Plano Trienal 2011/2013:

- **Objetivo Estratégico 2** – Intensificar o controlo externo sobre os grandes fluxos financeiros, sobre os domínios de maior risco e sobre as áreas de inovação da gestão dos recursos públicos

Linha de Orientação Estratégica no Plano Trienal 2011/2013:

- **2.4** - Intensificar o controlo sobre a Administração Autárquica e o respetivo sector empresarial

B.2 Principais irregularidades/ilegalidades

Relatório n.º	Irregularidade/ilegalidade	Volume financeiro (€)
03/2012-FS/SRATC	Contração de empréstimos geradores de dívida pública fundada, com inobservância do limite de endividamento, sem que os respetivos contratos tenham sido submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas e omitindo a evidenciação contabilística nos documentos de prestação de contas.	125 485,75
04/2012-FS/SRATC	Omissão, no processo orçamental, do mapa das responsabilidades contratuais plurianuais assumidas.	
07/2012-FS/SRATC	Inscrição orçamental da receita proveniente da venda de bens de investimento sem que se demonstre a existência de fundadas expectativas da sua efetiva arrecadação.	950 000,00
	Dotação global das rubricas da despesa corrente superior ao limite fixado em plano de saneamento financeiro, bem como aos limites fixados na lei do OE para a respetiva evolução.	537 370,00
09/2012-FS/SRATC	Omissão do registo integral dos compromissos com reflexos nos orçamentos dos anos seguintes nas adequadas contas da contabilidade orçamental.	
11/2012-FS/SRATC	Omissão, no processo orçamental, do mapa das responsabilidades contratuais plurianuais assumidas.	
13/2012-FS/SRATC	Constituição, por empresa municipal, de duas sociedades comerciais, sem que na escolha dos parceiros privados tenham sido adotados procedimentos que assegurassem a transparência, a igualdade e a concorrência.	
	Obtenção de crédito bancário por parte de Município que não dispõe de capacidade legal de endividamento, mediante a realização de uma operação que envolveu a venda de um imóvel a empresa municipal e o recurso, através desta, a empréstimo bancário para pagar o preço, cabendo ao Município vendedor assegurar o reembolso do empréstimo e o pagamento dos juros.	1 300 000,00
	Atribuição de subsídios que não se enquadram no objeto legalmente possível da empresa municipal, por tal constituir uma atividade de natureza administrativa, sem carácter empresarial.	430 729,38
16/2012-FS/SRATC	Omissão, nos anexos às demonstrações financeiras, da referência às responsabilidades assumidas pelo Município através das suas participadas.	6 361 605,67
	Inobservância do princípio da equidade intergeracional decorrente da previsível insuficiência dos saldos primários para fazer face ao serviço da dívida no período 2012 a 2028, com exceção de 2026.	
17/2012-FS/SRATC	Execução de contratos de empréstimo geradores de dívida pública fundada sem que tenham sido submetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.	1 980 000,00
	Omissão, no processo orçamental, do mapa das responsabilidades contratuais plurianuais assumidas e do registo destes compromissos nas correspondentes contas da contabilidade orçamental.	
Total		11 685 190,80

B.3 Indicador de impacto

Em resultado das ações realizadas e correspondentes recomendações aprovadas, esperam-se impactos de natureza qualitativa e, por vezes, também de ordem financeira.

A título de exemplo, descrevem-se alguns dos impactos esperados.

Relatório n.º	Impacto esperado
03/2012-FS/SRATC	Circunscrever a contração de empréstimos com observância estrita da finalidade, do limite e do prazo legalmente fixados.
04/2012-FS/SRATC 09/2012-FS/SRATC 11/2012-FS/SRATC 13/2012-FS/SRATC 14/2012-FS/SRATC 16/2012-FS/SRATC 17/2012-FS/SRATC	Transparência na determinação da dívida consolidada e dos encargos plurianuais dos municípios, bem como do respetivo escalonamento temporal, alertando os contribuintes para o correspondente impacto na sustentabilidade das finanças municipais e na equidade intergeracional.
07/2012-FS/SRATC	Cumprimento das medidas previstas em plano de saneamento financeiro a fim de ser atingido o equilíbrio financeiro. Maior rigor na avaliação das receitas provenientes da venda de bens de investimento a prever no orçamento.

C Setor Público Empresarial Regional

Proc.º	Designação	Execução (%)	Departº
10/118.03	Associação Portas do Mar	95	UAT III
11/107.01	Lotação - relacionamento financeiro com outras entidades	90	
11/107.02	Requalificação e reordenamento da frente marítima da cidade da Horta (APTO)	70	
11/108.03	Auditoria de acompanhamento da aplicação do POCMS	70	
12/107.04	Contrato Programa - Hospital Divino Espírito Santo P.Delgada / D.R.S. / Saúdeçor	20	
12/107.01	SATA (projecto a designar)	10	
12/107.03	SPRHI - Gestão da Dívida e outras Responsabilidades	10	
12/107.02	Ilhas de Valor - Exploração e Gestão campos de Golfe na RAA	NI	
12/107.05	Contrato Programa - Hospital da Horta /D.R.S./Saúdeçor	NI	

NI – Não iniciada

Neste setor não foram aprovados relatórios de auditoria, expressando-se o grau de execução de cada ação programada.

- Auditoria à “*Requalificação e reordenamento da frente marítima da cidade da Horta (APTO)*” – Processo n.º 11/107.02 – Não obstante tratar-se de uma ação de fiscalização sucessiva, a obra em apreço não se encontrava concluída, aquando da realização do trabalho de campo. Neste sentido, e face aos objetivos da auditoria, a sua conclusão foi protelada para o ano de 2013.

1.4.3. Verificação Interna de Contas

	Administração Regional direta e indireta	Administração Local	Administração Central	Total
Programadas (n.º de contas)	36	52	4	92
Concluídas/aprovadas	30	37	3	70
<i>Volume financeiro (€)</i>	<i>1.630.453.210</i>	<i>10.533.088</i>	<i>76.217.338</i>	<i>1.717.203.636</i>
Em execução	5	15	—	20
Não iniciadas	1	—	1	2
Recomendações formuladas	118	12	1	131

A. Administração Regional direta e indireta

Proc.º	Designação	Execução (%)	Relatório n.º	Data Aprovação	Vol Financ (€)	Departº
11/109.09	Escola Básica Integrada das Flores (2010)	100	08/12-VIC/Sratic	04-05-2012	3.830.643	UAT II
11/109.10	Escola Básica Integrada de Velas (2010)	100	12/12-VIC/Sratic	26-09-2012	5.431.255	
11/109.12	Escola Básica Integrada de Biscoitos (2010)	100	09/12-VIC/Sratic	31-05-2012	4.091.203	
11/109.16	Escola Básica Integrada de Nordeste (2010)	100	10/12-VIC/Sratic	31-05-2012	5.385.324	
11/109.21	Escola Básica Integrada de Ribeira Grande (2010)	100	11/12-VIC/Sratic	31-05-2012	8.110.172	
11/109.22	Fundo Escolar da EBI Ginetes (2010)	100	06/12-VIC/Sratic	22-03-2012	555.338	
12/109.06	Tesouraria de Ponta Delgada (2011)	100	18/12-VIC/Sratic	12-11-2012	556.000.662	
12/109.07	Tesouraria de Angra do Heroísmo (2011)	100	19/12-VIC/Sratic	12-11-2012	689.427.181	
12/109.08	Tesouraria da Horta (2011)	100	20/12-VIC/Sratic	12-11-2012	180.864.927	
12/109.09	Fundo Escolar da EBI / S da Madalena (2011)	100	23/12-VIC/Sratic	27-11-2012	915.666	
12/109.11	Escola Básica Integrada / S de Santa Maria (2011)	100	24/12-VIC/Sratic	27-11-2012	6.101.044	
12/109.13	Fundo Escolar da EBI Praia da Vitória (2011)	100	30/12-VIC/Sratic	18-12-2012	1.040.407	
12/109.14	Escola Básica Integrada de Água de Pau (2011)	100	31/12-VIC/Sratic	18-12-2012	1.525.603	
12/109.15	Escola Básica Integrada de Lagoa (2011)	100	25/12-VIC/Sratic	27-11-2012	7.538.793	
12/109.17	Escola Básica Integrada Roberto Ivens (2011)	100	13/12-VIC/Sratic	26-09-2012	10.869.924	
12/109.19	Escola Básica Integrada de Lajes do Pico (2011)	100	21/12-VIC/Sratic	12-11-2012	5.538.429	
12/109.22	Serviço Educação Física e Desporto da Terceira (2011)	100	22/12-VIC/Sratic	12-11-2012	1.142.594	
12/109.23	Inspecção Regional da Educação (2011)	100	26/12-VIC/Sratic	27-11-2012	952.903	
12/109.10	Escola Básica Integrada / S da Povoação (2011)	80				
12/109.12	Escola Básica Integrada Canto da Maia (2011)	80				
12/109.16	Fundo Escolar da EBI Mouzinho da Silveira (2011)	80				
12/109.18	Escola Secundária Vitorino Nemésio (2011)	80				
12/109.21	Escola Básica Integrada de Arrifes (2011)	80				
12/109.20	Fundo Escolar da EBI Maia (2011)	NI				
11/109.31	Centro de Oncologia dos Açores Prof. Dr. José Conde (2010)	100	02/12-VIC/Sratic	12-01-2012	1.307.338	UAT III
11/109.32	Centro de Saúde da Praia da Vitória (2010)	100	04/12-VIC/Sratic	28-02-2012	10.306.139	
11/109.33	Centro de Saúde de Vila Franca do Campo (2010)	100	05/12-VIC/Sratic	28-02-2012	6.762.748	
11/109.34	Unidade de Saúde de Ilha do Pico (2010)	100	03/12-VIC/Sratic	12-01-2012	13.860.437	
12/109.27	Fundo Regional de Coesão (2011)	100	32/12-VIC/Sratic	18-12-2012	15.832.735	
12/109.28	Inspecção Regional de Saúde (2011)	100	33/12-VIC/Sratic	18-12-2012	97.821	
12/109.29	Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (2011)	100	27/12-VIC/Sratic	27-11-2012	32.350.690	
12/109.30	Fundo Regional do Emprego (2011)	100	34/12-VIC/Sratic	18-12-2012	26.158.426	
12/109.31	Centro de Saúde de Angra do Heroísmo (2011)	100	35/12-VIC/Sratic	18-12-2012	14.733.308	
12/109.32	Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge (2011)	100	36/12-VIC/Sratic	18-12-2012	8.794.262	
12/109.33	Unidade de Saúde de Ilha do Faial (2011)	100	37/12-VIC/Sratic	18-12-2012	6.094.056	
12/109.34	Unidade de Saúde de Ilha das Flores (2011)	100	38/12-VIC/Sratic	18-12-2012	4.833.183	

NI – Não iniciada

A.1 Principais irregularidades/ilegalidades

Área	Irregularidade/ilegalidade	Volume financeiro (€)
Educação [13 contas]	A situação patrimonial não está totalmente apurada;	—
	O Balanço não espelha a real situação financeira;	—
	A contabilidade analítica não está implementada;	—
	O relatório de Gestão não contempla a toda a informação que dele deve constar.	—
Tesouraria Regional [3 contas]	Nada a referir	—
Saúde [8 contas]	A prestação de contas não cumpriu totalmente a Instrução do Tribunal de Contas n.º 1/2004	—
	Não foram integralmente observadas as regras orçamentais e as disposições da Portaria n.º 898/2000, de 28 de setembro, que aprova o Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde.	—
Serviços e Fundos Autónomos [3 contas]	Organização do processo de prestação das contas	—
	Registo de receita recebida no período complementar	18 178,44
	Prazo de remessa das alterações orçamentais, relativas a reforços e anulações de dotações entre rubricas de classificação económica	—
	Classificação económica da receita	61 514,04
	Classificação económica da despesa	107 250,00
Total		186 942,48

B Administração Local

Proc.º	Designação	Execução (%)	Relatório n.º	Data Aprovação	Vol Financ (€)	Departº
11/109.01	Freguesias do Concelho de Calheta (5)	100	01/12-VIC/Srta	12-01-2012	523.761	UAT I
11/109.05	Freguesias do Concelho de Velas (6)	100	28/12-VIC/Srta	18-12-2012	660.126	
12/109.01	Freguesias do Concelho de Ponta Delgada (24) (2011)	100	29/12-VIC/Srta	18-12-2012	3.261.821	
12/109.04	Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel (2011)	100	16/12-VIC/Srta	12-11-2012	5.640.721	
12/109.05	Associação de Municípios da Ilha do Pico (2011)	100	17/12-VIC/Srta	12-11-2012	446.659	
12/109.03	Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (2011)	90	Contraditorio			
12/109.02	Freguesias do Concelho de Ribeira Grande (14) (2011)	80				

B.1 Principais irregularidades/ilegalidades

Área	Irregularidade/ilegalidade	Volume financeiro (€)
Freguesias [35 contas]	Incumprimento do prazo legal de remessa ao Tribunal de Contas dos documentos de prestação de contas de envio obrigatório. Falta de publicitação na <i>Internet</i> de documentos de prestação de contas e de documentos previsionais. Omissão de vogais do órgão executivo na relação nominal dos responsáveis. Inobservância do princípio do equilíbrio formal da execução orçamental.	28 837,41
	Inobservância do princípio do equilíbrio corrente.	289 801,52
	Divergência entre o saldo inicial da gerência e o saldo final da gerência anterior.	1 089,69
	Divergência entre os abonos processados aos membros de juntas de freguesia e os valores legalmente fixados.	3 761,94
	Total	1 280 918,02
Associações de municípios [3 contas]	Falta de publicitação na <i>Internet</i> de documentos de prestação de contas e de documentos previsionais.	
	Deficiente instrução do processo de prestação de contas.	
	Omissão, na relação nominal dos responsáveis, da referência às remunerações recebidas.	
	Inobservância do princípio do equilíbrio da execução orçamental	174 186,85
	Inobservância das regras previsionais na elaboração do orçamento	712 494,34
Incorreta aplicação do resultado líquido do exercício	70 746,27	
Total	1 280 918,02	

C Administração Central

Proc.º	Designação	Execução (%)	Relatório n.º	Data Aprovação	Vol Financ (€)	Departº
11/109.24	Alfandega de Ponta Delgada - Cofre (2010)	100	07/12-VIC/Sratc	22-03-2012	73.645.331	UAT II
12/109.25	Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - OE (2011)	100	15/12-VIC/Sratc	24-10-2012	1.004.667	
12/109.26	Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - Cofre (2011)	100	14/12-VIC/Sratc	26-09-2012	1.567.341	
12/109.24	Alfandega de Ponta Delgada - Cofre de Angra do Heroísmo (2011)	NI				

C.1 Principais irregularidades/ilegalidades

Não foram detetadas irregularidades, tendo-se recomendado, apenas, para a ata de aprovação da Conta respeitar as notas técnicas da Instrução do Tribunal de Contas.

D *Indicador de impacto*

Em resultado das ações realizadas e correspondentes recomendações aprovadas, esperam-se impactos de natureza qualitativa e, por vezes, também de ordem financeira.

A título de exemplo, descrevem-se alguns dos impactos esperados.

Área	Impacto esperado
Educação	O apuramento da situação patrimonial O reflexo, no Balanço, da real situação financeira A implementação da contabilidade analítica A elaboração de relatório de Gestão com toda a informação
Tesouraria Regional	Nada a referir
Saúde	Cumprimento integral da Instrução do Tribunal de Contas n.º 1/2004 Cumprimento das regras orçamentais e das disposições da Portaria n.º 898/2000, de 28 de setembro, que aprova o Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde.
Serviços e Fundos Autónomos	Maior transparência na organização e documentação das contas Cumprimento da Instrução do Tribunal de Contas n.º 1/2004 Cumprimento das disposições legais em matéria de remessa dos orçamentos e das respetivas modificações orçamentais e de execução orçamental
Serviços Periféricos	Cumprir as Instruções do Tribunal de Contas na elaboração da ata de aprovação da Conta.
Administração local	Ampla publicidade dos documentos previsionais e de prestação de contas mediante a sua divulgação em página da entidade na <i>Internet</i> . Correta instrução dos processos de prestação de contas Observância do princípio do equilíbrio quer na elaboração quer na execução dos orçamentos. Cálculo rigoroso dos abonos dos eleitos locais

1.4.4. Análise de denúncias

Proc.º	Designação	Execução (%)	Departº
12/111.02	Aquisição de imóvel para serviços municipais - Município da Ribeira Grande	100	UAT I
12/111.03	Atos de gestão praticados pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	100	
12/111.01	Exposição de Nina Pinto sobre atos dos órgãos do Município de Vila Franca do Campo	90	

O resultado da análise de duas denúncias foi remetido à Polícia Judiciária, entidade através da qual as mesmas foram recebidas (12/111.02 e 12/111.03).

Relativamente à terceira denúncia (12/111.01), solicitou-se à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, para análise, o processo relativo ao contrato de empreitada de pavimentação do campo de jogos de Ponta Garça, aguardando-se, ainda, o envio da conta final, que não se encontra concluída.

Esta denúncia incide também sobre a execução do plano de reequilíbrio financeiro do Município de Vila Franca do Campo, matéria que será apreciada em sede de acompanhamento das recomendações formuladas no Relatório n.º 17/2011 FS/SRATC, de 13-12-2011.

1.5. Recursos Humanos

Departamento de Apoio Técnico

Grupos de pessoal	DAT SRA			
	N.º Pessoas	UT Totais	UT em ações controlo	
			N.º	%
Dirigentes	4	1.551	1.260	16,4
Auditor / Consultor	6	2.180	2.067	26,9
Técnico verificador superior	13	4.768	4.249	55,2
Técnico superior	—	—	—	—
Especialista de informática	—	—	—	—
Técnico verificador	—	—	—	—
Técnico de informática	—	—	—	—
Assistente técnico	1	123	118	1,5
Assistente operacional	—	—	—	—
Outro pessoal	—	—	—	—
Total	23	8.622	7.694	89,2

2. ATIVIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

A. Relatórios participados ao Ministério Público, com infrações evidenciadas

Tipologia dos Relatórios/processos	Transitados do ano anterior	Participados no ano	Decisão do MP					Em curso	
			Não requer procedimento jurisdicional		Extinção resp. por pagamento voluntário das sanções	Requer Julgamento	Arquivamento (a)		Outras situações (b)
			Inviabilidade de elementos probatórios e factuais	Inviabilidade por incumprimento do art.º 13.º da LOPT					
1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Controlo prévio e concomitante - 1.ª Secção e SR									
Relatórios de auditoria de fiscalização prévia	1								1
Relatórios para apuramento eventual responsabilidade financeira									0
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante	1								1
Controlo sucessivo - 2.ª Secção e SR									
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	6	5			2				9
Relatórios de Verificação Externa de Contas									0
Relatórios de Verificação interna de Contas	1								1
Relatórios de Órgãos de Controlo Interno	3								3
Outros relatórios (c)									0
Total	12	5	0	0	2	0	0	0	15

B. Multas do art.º 65.º da LOPTC, pagas voluntariamente a convite do Ministério Público

(antes da instauração de processo de efetivação de responsabilidades)

Âmbito	Processos/ /Entidades (n.º)	Demandados (n.º)	Montantes (€)
Processos de controlo prévio			
Processos de controlo concomitante			
Processos de controlo sucessivo	2	5	8 820,00
Processos de controlo dos órgãos de controlo interno			
Total	2	5	8 820,00

C. Processos de efetivação de responsabilidades e recursos de emolumentos e multas — Introduzidos pelo Ministério Público

Tipos de processo	Transitados do ano anterior	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento				Julgados			Remetidos ao arquivo	Em curso
			Indeferimento liminar	Prescrição	Pagam. voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória	Conversão de reposição em pagamento de multa		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11 (1+2-10)
Julgamento de contas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Artº 59.º e 60.º da Lei 98/97</i>											0
<i>Artº 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97</i>											0
<i>Artº 65.º da Lei 98/98</i>											0
Julgamento de responsabilidade financeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Artº 59.º e 60.º da Lei 98/97</i>											0
<i>Artº 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97</i>											0
<i>Artº 65.º da Lei 98/98</i>											0
Proc. autónomo de Multa											0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

3. RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES

3.1. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA E GOVERNO REGIONAL

A troca de informações entre a SRATC e o Parlamento Regional, para além de constituir uma exigência do próprio regime democrático, justifica-se, atento o disposto no artigo 214.º, n.º 1, alínea b), da Constituição, nos termos do qual incumbe ao Tribunal de Contas, na sua qualidade de órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas, dar parecer sobre as contas da Região Autónoma dos Açores.

No dia 27 de março de 2012, à semelhança do que sucede na Assembleia da República e pela primeira vez na história da SRATC, o respetivo Juiz Conselheiro, Nuno Lobo Ferreira, foi ouvido na Comissão Parlamentar de Economia sobre o Parecer da Conta da Região de 2010, a pedido do Partido Social Democrata (PSD), audição esta que decorreu na delegação da ALRAA na Ilha de S. Miguel.

Na sequência da aprovação, no dia 7 de dezembro de 2012, pelo Coletivo especial a que alude o n.º 1 do artigo 42.º da LOPTC, dos Pareceres sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2011, bem como sobre a Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores também do ano de 2011, foram os mesmos entregues pessoalmente, na delegação sediada na Ilha de S. Miguel, à nova Presidente da Assembleia Legislativa, Dr.ª Ana Luísa Pereira Luis, eleita nas eleições legislativas regionais do dia 14 de outubro de 2012.

Ainda em 2012, a SRATC continuou com a remessa, por correio eletrónico, para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de todos os relatórios de auditorias aprovados.

No tocante ao Governo Regional dos Açores, no dia 12 de novembro de 2012, o Juiz Conselheiro da SRATC apresentou cumprimentos de cortesia ao Presidente do XI Governo Regional dos Açores, Dr. Vasco Cordeiro, nomeado na decorrência das eleições regionais de 14 de outubro de 2012.

3.2. ÓRGÃOS DE CONTROLO INTERNO

A. Ações programadas - execução

Proc.º	Designação	Execução (%)	Departº
09/105.06	Freguesia da Aqualva (IAR - 56.04-2008-2)	100	UAT I
12/110.01	Inspecção ordinária ao Município da Praia da Vitória (IAR - 56.03.2010/5)	100	
12/110.02	Inspecção ordinária ao Município da Ribeira Grande (IAR -56.03.2011/2)	100	
12/110.05	Inspecção ordinária ao Município de São Roque do Pico (IAR -56.03.2011/7)	100	
09/105.02	Insp. Ord. aos órgãos e serviços do Município de Velas (IAR - 56.03.47)	90	
12/110.03	Inspecção ordinária ao Município de Vila do Porto (IAR -56.03.2010/6)	90	
09/105.07	Freguesia das Velas (IAR - 56.03-2007-10)	50	
11/110.07	Inspecção ordinária aos Serviços da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	50	
11/110.04	Inspecção ordinária à Esc Básica e Integrada Praia da Vitória (IAR-56.03/2009/5)	100	UAT II
12/110.04	Inspecção ordinária à Escola Básica e Integrada Mouzinho da Silveira (IAR - 56.03.2011/5)	100	

Concluiu-se a análise de 6 relatórios elaborados pela Inspeção Administrativa Regional (IAR), 4 referentes à Administração Autárquica e 2 ao sector da Educação.

Na **Educação**, as matérias tratadas pela IAR, reportaram-se ao atraso na implementação da contabilidade analítica e à inexistência de Sistemas de Controlo Interno, assuntos também desenvolvidos pelo Tribunal.

3.3. OUTRAS INSTITUIÇÕES — EUROJUST E UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Teve lugar na Sala de Formação da SRATC, no dia 24 de fevereiro de 2012, uma sessão de divulgação e formação efetuada pelo Eurojust, subordinada ao tema «O Eurojust e a Cooperação Penal Internacional», destinada a magistrados do Ministério Público e a trabalhadores judiciais.

A apresentação esteve a cargo dos Procuradores da República João Manuel da Silva Miguel e José Eduardo Guerra.

Para a SRATC, foi uma honra poder associar-se e colaborar na sessão de divulgação e formação promovida pelo Eurojust, mediante a cedência gratuita das instalações.

No entender da SRATC, todas as instituições têm o dever de colaborar umas com as outras, em ordem ao aproveitamento de sinergias e à redução de custos

Em execução do Protocolo de Cooperação assinado entre o Tribunal de Contas e a Universidade dos Açores, em 2 de junho de 2006, o Serviço de Apoio enviou a esta Instituição, em 9 de março, 10 de abril e doze de novembro de 2012, um exemplar das Revistas do Tribunal de Contas n.ºs 53, 54 e 55/56 – janeiro a dezembro de 2011, último volume entretanto publicado, destinados à respetiva Biblioteca.

Recorda-se que, em setembro de 2006, e dando execução prática ao referido Protocolo de Cooperação, a SRATC ofertou à Universidade dos Açores uma coleção completa da Revista do Tribunal de Contas, desde o n.º 1 (janeiro/março de 1989) até ao n.º 44 (julho/dezembro de 2005), a qual tem vindo a ser atualizada, anualmente.

4. APOIO TÉCNICO E APOIO INSTRUMENTAL

4.1. DEPARTAMENTO DE APOIO INSTRUMENTAL

O Departamento de Apoio Instrumental (DAI) assegurou o apoio à gestão financeira e patrimonial, a administração geral, arquivo e documentação, bem como as tecnologias de informação.

A. Síntese dos principais resultados obtidos com a atividade desenvolvida

Destaca-se o trabalho desenvolvido, conjuntamente, com a UAT I e com o DSTI, no sentido de adequar a aplicação da gestão processual, contemplada no GDOC, ao setor da fiscalização prévia da SRATC, de modo a garantir a sua implementação logo no início de 2013.

Merece, igualmente, destaque a sedimentação do envio da quase totalidade da correspondência por correio eletrónico, facto que tem constituído, não só maior eficiência e eficácia no tratamento da correspondência expedida, como também uma significativa poupança de recursos financeiros. Por outro lado, refira-se, ainda, que todas as contas de gerência rececionadas na SRATC, quer tenham sido entregues eletronicamente ou não, foram disponibilizadas no GDOC.

Por último, no que concerne à atividade do NSTI, de realçar que, no seguimento da política de modernização do parque informático da SRA, em 2012, foram adquiridos 10 novos computadores de secretária, a fim de proporcionar os recursos tecnologicamente mais adequados aos técnicos que compõem o corpo especial de fiscalização e controlo. Aquele mesmo núcleo prestou apoio técnico ao DAT e ao DAI, essencial para o desenvolvimento das suas atividades, bem como no suporte das aplicações informáticas de registo de correspondência e processual — GDOC, gestão de entidades (GENT), controlo do plano de ação das UAT e DAT (SIPAG) e do controlo da assiduidade/pontualidade SISQUAL.

B. Recursos Humanos DAI

Grupos de pessoal	N.º Pessoas	UT Totais	UT Ações controlo
Dirigentes	1	452	0
Técnico superior	2	904	0
Assistente técnico*	9	3.733	0
Assistente operacional	4	1.808	0
Total	16	6.897	0

(*) Contempla 1 assistente técnico que exerceu funções, apenas, a partir de 16-05-2012, proveniente do DAT.

5. RECURSOS UTILIZADOS

5.1. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2012, a Secção Regional dos Açores dispunha de um total de **40 elementos** para o desenvolvimento das suas atividades, assim distribuídos:

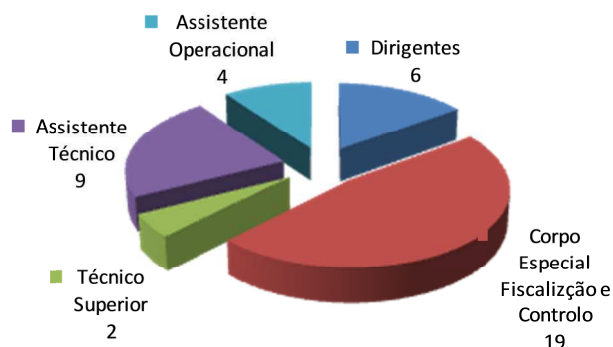
Grupo de pessoal	Carreira/categoria	Secretariado dos Juizes Conselheiros	Função/Atividade					Efetivo Total	
			Administração e Direção	Controlo Prévio	Controlo Sucessivo	Sistemas e tecnologias de informação	Secretaria		Desenvolvimento e gestão de recursos
Dirigente	Diretor-Geral								
	Subdiretor-geral		1						1
	Auditor coordenador				1				1
	Auditor-chefe			1	2				3
	Diretor de serviços								
	Chefe de Divisão							1	1
	<i>Do total, quantos do corpo especial</i>			1	1	3			5
Corpo especial de fiscalização e controlo	Auditor			1	5				6
	Consultor								
	Técnico verificador superior			3	10				13
	Técnico verificador								
Inspeção	Inspetor								
Oficial de justiça	Oficial de justiça								
Técnico superior	Técnico superior					1		1	2
Informática	Especialista de informática								
	Técnico de informática								
Assistente técnico	Coordenador técnico								
	Assistente técnico	1					1	7	9
Assistente operacional	Encarregado geral operacional								
	Encarregado operacional								
	Assistente operacional							4	4
Total		1	1	5	18	1	1	13	40

Nesse ano, verificou-se a concessão de uma licença sem vencimento de longa duração a um assistente técnico e a transferência, com recurso à mobilidade interna, de um técnico verificador superior para a DGTC, pelo período de um ano.

Decorreu, até 30 de outubro de 2012, o estágio probatório de quatro técnicos superiores (1 da SRATC, 1 da Administração Regional Autónoma da Madeira e 2 da Administração Regional Autónoma dos Açores), para ingresso na carreira de técnico verificador superior do corpo especial de fiscalização e controlo, tendo em vista o provimento de 4 lugares do mapa de pessoal da SRATC (1 da área funcional de Economia e 3 da área funcional de Direito).

Por **grupos profissionais**, a distribuição de recursos humanos é a constante do Gráfico I, verificando-se que o grupo de pessoal do corpo especial/técnico superior representa o maior peso na estrutura, seguido dos assistentes técnicos.

Distribuição de Efetivos por Grupos Profissionais



O **índice de tecnicidade** é de 52,5%.

$$\text{Índice de Tecnicidade} = \frac{\text{Corpo Esp} + \text{Téc. Sup.}}{\text{Efetivo Total}} = \frac{21}{40} = 52,5\%$$

A **distribuição de efetivos** por escalão etário e por antiguidade na função pública, segundo o sexo, é a indicada no quadro seguinte:

Intervalo Etário	Efetivos p/ Escalão etário			Efetivos p/ nível de antiguidade na Função pública		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos			-	0	0	0
5-9			-		3	3
10-14			-	4	5	9
15-19			-	1	2	3
20-24			-	4	6	10
25-29			-	2	5	7
30-34	0	3	3	3	3	6
35-39	2	4	6	1	1	2
40-44	4	4	8		0	0
45-49	3	6	9	0	0	-
50-54	1	6	7	0	0	-
55-59	3	1	4	0	0	-
60-64	1	1	2	0	0	-
65-69	1	0	1	0	0	-
70 e mais	0	0	-	0	0	-
TOTAL	15	25	40	15	25	40
	Idade média = 48			Antiguidade média = 22,4		

Idade média = (Soma das idades / Total de efetivos)

No final de 2012, mais de metade, cerca de 60%, dos trabalhadores da SRA situavam-se no intervalo etário entre os 40 e os 54 anos de idade.

A **antiguidade média** dos efetivos da SRA, na função pública, passou de 21,6 anos, em 2011, para 22,4, em 2012.

A **taxa de absentismo**, por categorias profissionais, encontra-se desenvolvida no quadro abaixo.

Tipo de Ausência	Dirigentes	Corpo Especial Fisc. Controlo	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Auxiliar	Operário	Total
Casamento	0	0	0	0	0	0	0	0
Protecção na parentalidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Nascimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Falecimento de familiar	3	9	0	0	2	0	0	14
Doença	80	106	0	798	0	0	0	984
Por acidente em serviço ou doença	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistência a familiares	13	36	0	1	0	0	0	50
Trabalhador estudante	2	2	0	0	0	0	0	4
Por conta do período de férias	2	21	0	12	1	0	0	36
Com perda de vencimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Cumprimento de pena disciplinar	0	0	0	0	0	0	0	0
Greve	0	0	0	0	0	0	0	0
Injustificadas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras	0	21	3	5	0	0	0	29
Total	100	195	3	816	3	0	0	1117

(1) - Total de férias dos funcionários em 2010

(2) - [(N.º dias do ano - Dias de descanso complementar e semanal - Feriados) x Efectivo] - N.º dias de férias

(3) - (Faltas / Trabalho potencial) x 100

(4) - (Faltas / Efectivo)

(1) Férias	1.058
(2) Trabalho Potencial	8.902
(3) Taxa de absentismo	13%
(4) N.º dias de ausência	26,6

O absentismo mais elevado registou-se no grupo dos assistentes técnicos, com 816 dias, seguido do corpo especial de fiscalização controlo, com 195 dias.

O número de dias de ausência dos funcionários totalizou 1.117, correspondendo a uma taxa de absentismo geral de 13%, ou seja, uma média de faltas por funcionário de 26,6 dias, por outro motivo que não o de férias. Em termos evolutivos e comparativamente a 2011, verificou-se um acréscimo de 5%, o que configurou um incremento de 9,4 dias de ausência.

Aquela taxa encontra-se, indubitavelmente, influenciada por um número considerável de faltas por doença, 984 dias, com destaque para **3 situações de doença prolongada** (respetivamente com 327; 256 e 147 dias) o que significa que, se essas faltas não se tivessem verificado (730 dias), a taxa de absentismo da SRA ter-se-ia cifrado em 4%, ou seja 9,2 dias de ausência por outro motivo que não férias.

A **valorização e o aperfeiçoamento profissional** dos recursos humanos teve como suporte a realização de várias ações de formação, promovidas pelo Tribunal (formação interna) ou por outras entidades (formação externa). Houve, ainda, pontualmente, formação da iniciativa do funcionário (autoformação).

Formação recebida	N.º de acções	N.º de horas das acções	N.º de participantes	N.º de participações	N.º de horas utilizadas em formação	Custo (Euros)
Interna (realizada no TC)						
Interna, na Sede						
De pessoal da SRA	1	7	2	2	14	€1.064
Interna, na SRA	12	207,5	37	107	1509,5	€16.140
Externa (fora TC)						
De pessoal da SRA	6	37,5	7	12	83,5	€902
Total	19	252	46	121	1607	€18.106

O dispêndio total com formação, suportado pela SRATC, foi de € 18.106, com maior ênfase para formação lecionada internamente (na SRATC) e que se cifrou em € 16.140.

Grupos de pessoal	N.º de participantes	Formação interna		Formação externa	
		N.º de participações	N.º de horas de formação	N.º de participações	N.º de horas de formação
Magistrados	1	1	7	-	-
Dirigentes	5	12	150	-	-
Corpo especial	19	74	1032	8	60
Tecn. superiores	2	8	118	3	17
Assistente técnico	8	11	172	1	6
Assistente operacional	3	3	45	-	-
Outro pessoal					
Participantes de fora do Tribunal*					
Total	38	109	1524	12	83

5.2 RECURSOS FINANCEIROS

As fontes de financiamento da atividade da SRATC desenvolvem-se no quadro abaixo.

	Classificação económica da despesa	Fontes de financiamento		Total
		Orçamento do Estado	Cofre privado	
Orçamento Inicial	Despesas com pessoal	€950.364	€201.930	€1.152.294
	Outras despesas e encargos correntes	€28.951	€191.600	€220.551
	Aquisição de bens de capital		€26.600	€26.600
	Total	€979.315	€420.130	€1.399.445
Orçamento Corrigido	Despesas com pessoal	€950.364	€555.410	€1.505.774
	Outras despesas e encargos correntes	€28.951	€202.220	€231.171
	Aquisição de bens de capital		€12.500	€12.500
	Total	€979.315	€770.130	€1.749.445
Despesa realizada	Despesas com pessoal	€937.799	€532.918	€1.470.717
	Outras despesas e encargos correntes		€117.649	€117.649
	Aquisição de bens de capital		€9.619	€9.619
	Total	€937.799	€660.186	€1.597.985

Nota: Face à insuficiente dotação do Orçamento do Estado, o Cofre Privativo teve de suportar, suplementarmente, despesas com pessoal, no montante de € 339.900, facto que deteriorou, significativamente, o saldo na posse do serviço, reduzindo-o à importância de € 154.451.

O Orçamento do Estado foi responsável por 58,7% de toda a despesa, sendo a restante paga pelo Cofre privado. Essa percentagem revela o significativo decréscimo que as transferências do OE têm evidenciado nos últimos anos, com maior incidência para este último, em que diminuiu cerca de 11,7%, obrigando o Cofre privado a um sobre-esforço que contribuiu para uma erosão no seu saldo de gerências anteriores e que, a manter-se esta tendência, poderá perigar o normal funcionamento da SRA.

Em termos globais, verificou-se uma execução de 91,3%, sendo a do OE de 95,8% e a do Cofre de 85,7%.

Verificou-se, ao nível do OE, a cativação de € 28.951, concernentes à reserva, enquanto no CP foi efetuada uma cativação total de € 36.640, dos quais, € 9.622 respeitaram, igualmente, à reserva.

Em termos evolutivos, a despesa, nos últimos três anos, encontra-se assim discriminada:

(em euros)

FONTE DE FINANCIAMENTO	2010		2011		2012		2011/2010	2012/2011
	Despesa Realizada (1)	% *	Despesa Realizada (2)	% *	Despesa Realizada (3)	% *	▲ % (4)=[(2)-(1)]/(1)	▲ % (5)=[(3)-(2)]/(2)
COFRE PRIVATIVO								
Despesas com pessoal	437.543	73,3	397.718	74,7	532.918	80,7	-9,1	34,0
Bens e serviços correntes	110.812	18,6	109.273	20,5	117.541	17,8	-1,4	7,6
Encargos financeiros	595	0,1	93	0,0	107	0,0	-84,4	15,6
Reservas								
Bens de Capital	47.599	8,0	25.597	4,8	9.619	1,5	-46,2	-62,4
TOTAL	596.548	100,0	532.681	100,0	660.186	100,0	-10,7	23,9
O. E.								
Despesas com pessoal	1.364.052	100,0	1.267.112	100,0	937.799	100,0	-7,1	-26,0
Bens e serviços correntes								
Bens de Capital								
TOTAL	1.364.052	100,0	1.267.112	100,0	937.799	100,0	-7,1	-26,0
COFRE PRIVATIVO + O. E.								
Despesas com pessoal	1.801.594	91,9	1.664.830	92,5	1.470.717	92,0	-7,6	-11,7
Bens e serviços correntes	110.812	5,7	109.273	6,1	117.541	7,4	-1,4	7,6
Encargos financeiros	595	0,0	93	0,0	107	0,0	-84,4	15,6
Reservas								
Bens de Capital	47.599	2,4	25.597	1,4	9.619	0,6	-46,2	-62,4
TOTAL	1.960.600	100,0	1.799.793	100,0	1.597.985	100,0	-8,2	-11,2

De 2010 para 2011, a despesa realizada total revelou um decréscimo acentuado de (-8,2%), justificado, maioritariamente, pelas reduções remuneratórias determinadas pela Lei que aprovou o Orçamento de Estado (LOE) para 2011². Já em 2012, acentuou-se ainda mais a diminuição da despesa, que, para além de influenciada pela manutenção dos cortes determinados em 2011, contemplou, ainda, a suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal previstos pela LOE para 2012³, originando uma despesa total realizada de € 1.597.985, importância que constituiu o menor dispêndio do triénio em análise.

Verifica-se uma cada vez menor cobertura por parte do OE, relativamente aos encargos com pessoal, pese embora, de 2010 para 2011, o decréscimo tenha sido menos acentuado, passando de cerca de € 237.000 para € 218.000, em virtude das reduções remuneratórias impostas pela LOE.

Em 2012, o défice de transferências do OE agravou-se ainda mais, provocando uma insuficiência de € 340.000, não obstante as reduções remuneratórias e a suspensão de ambos os subsídios, facto que contribuiu para o aumento dos encargos com pessoal suportados pelo CP.

² Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

³ Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro

No que respeita, em específico, às despesas com a aquisição de bens e serviços, verificou-se um acréscimo, no ano 2012, de (7,6%), como consequência direta dos encargos com a conservação e reparação de alguns bens e, excepcionalmente, dos encargos associados à comemoração dos 25 anos da SRA. Não fossem estas ocorrências ocasionais, esta classificação de despesa teria revelado uma estabilidade que, aliás, tem sido habitual nos últimos anos, em consonância com a permanente preocupação do Conselho Administrativo da SRA em conter custos.

As **receitas do Cofre** privativo tiveram, maioritariamente, origem no pagamento de emolumentos devidos pela atividade desenvolvida (processos de visto, auditorias e verificação interna de contas).

Assim, a proveniência da receita emolumentar do cofre, nos últimos três anos, é a que a seguir se apresenta:

TIPOLOGIA DE EMOLUMENTOS	2010				2011				2012			
	Emitida	%	Cobrada	%	Emitida	%	Cobrada	%	Emitida	%	Cobrada	%
Visto	139.197	28,7	156.831	28,2	139.846	26,8	117.511	25,6	220.718	41,2	223.147	48,2
Verificação Interna Contas	61.212	12,6	70.776	12,7	109.259	20,9	97.244	21,2	150.201	28,0	72.565	15,7
Auditoria	277.854	57,3	326.679	58,8	258.348	49,5	223.630	48,7	161.660	30,1	163.359	35,3
Outras	6.507	1,3	1.100	0,2	14.640	2,8	20.733	4,5	3.727	0,7	3.807	0,8
TOTAL DO ANO	484.769	100,0	555.385,6	100,0	522.093	100,0	459.119	100,0	536.305	100,0	462.877	100,0

Obs:A receita liquidada é deduzida das anulações.
A receita cobrada reflete as restituições.

A situação financeira e patrimonial, tendo por base o Balanço e a Demonstração de Resultados, encontra o seu desenvolvimento nos quadros seguintes.

Balanço - Ativo

Unid.: Euro

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2012			2011
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
	ACTIVO				
	IMOBILIZADO				
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	7.120,76	4.161,92	2.958,84	5.332,43
443	Imobilizações em Curso				
		7.120,76	4.161,92	2.958,84	5.332,43
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
421	Terrenos e Recursos Naturais	27.433,89		27.433,89	27.433,89
422	Edifícios e Outras Construções	1.667.144,56	172.346,26	1.494.798,30	1.510.782,51
423	Equipamento Básico	389.822,92	365.804,89	24.018,03	30.951,49
424	Equipamento de Transporte	66.311,08	66.311,08		3.782,21
425	Ferramentas e Utensílios	250,57	250,57		
426	Equipamento Administrativo	238.277,16	229.604,20	8.672,96	12.408,80
429	Outras Imob.Corpóreas	115.830,18	28.394,93	87.435,25	86.067,09
		2.505.070,36	862.711,93	1.642.358,43	1.671.425,99
	CIRCULANTE				
	EXISTÊNCIAS				
32	Mercadorias				
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	18.691,20		18.691,20	16.338,96
		18.691,20	0,00	18.691,20	16.338,96
	DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO				
211	Clientes C/C				
212	Contribuintes C/C				
2121	Emolumentos do T.C	163.124,23		163.124,23	96.461,90
218	Clientes, Cont. Utentes Cobrança Duvidosa	5.082,37	2.712,83	2.369,54	
24	Estado e outros Entes Públicos				
268	Devedores e Credores Diversos				
		168.206,60	2.712,83	165.493,77	96.461,90
	TITULOS NEGOCIÁVEIS				
153	Títulos da Dívida Pública				
		0,00		0,00	
	CONTA NO TESOIRO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA				
13	Contas no Tesouro	154.450,99		154.450,99	350.015,79
12	Depósitos em Instituições Financeiras				
11	Caixa				
		154.450,99		154.450,99	350.015,79
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de proveitos	158.979,29		158.979,29	121.125,77
272	Custos diferidos	3.592,10		3.592,10	4.117,24
		162.571,39		162.571,39	125.243,01
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		866.873,85		
	TOTAL DAS PROVISÕES		2.712,83		
	TOTAL DO ACTIVO	3.016.111,30	869.586,68	2.146.524,62	2.264.818,08

O **Balço** referente a 31 de dezembro de 2012 evidencia, para além da situação patrimonial da SRA naquela data, a variação ocorrida na composição e valor do património, através da comparação com o balanço reportado a 31 de dezembro de 2011.

O **Imobilizado**, com um total de € 1.642.358 (76,5%), corresponde à quase totalidade do ativo líquido, cujo total cifrou-se em € 2.146.525.

Atente-se na redução do saldo a transitar para a gerência seguinte que, de 2011 para 2012, diminuiu em cerca de € 196.000, sobretudo, pela diminuição das transferências provenientes do OE, fixando-se em € 154.451.

Balço - Fundos Próprios e Passivo

Unid.: Euro

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2012	2011
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
FUNDOS PRÓPRIOS			
51	Património	2.192.262,36	2.192.262,36
576	Doações	867,56	867,56
577	Reservas decorrentes transferência activos	2.609,54	2.609,54
59	Resultados Transitados	-57.529,93	-95.766,53
88	Resultado Líquido do Exercício	-110.109,03	38.236,60
		2.028.100,50	2.138.209,53
PASSIVO			
29	Provisões para Riscos e Encargos		
DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
221	Fornecedores C/C		
228	Fornecedores-Facturas Recepção Conf.		
24	Estado e outros Entes Públicos		
262	Pessoal		
267	Consultores, Assessores e Intermediários		
268	Devedores e credores diversos		
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
273	Acréscimos de custos	118.424,12	126.608,55
274	Proveitos diferidos		
		118.424,12	126.608,55
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2.146.524,62	2.264.818,08

Os **Fundos Próprios** diminuíram relativamente a 2011, devido, em grande medida, à obtenção de resultados líquidos negativos, enquanto o **Passivo** revela uma quebra, motivada pela não especialização do custo respeitante ao subsídio de férias que, por determinação legal, não será pago nem em 2013, nem em 2014.

Demonstrações de Resultados

Unid.: Euro

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIOS		
		2012	2011	
CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas		9.546,79	5.132,97
62	Fornecimentos e Serviços Externos		108.572,20	105.161,72
641+642	Remunerações do pessoal	1.247.750,81		1.338.026,91
645	Encargos sobre Remunerações	199.194,84		207.591,75
648	Outros Custos com o Pessoal	9.077,04	1.456.022,69	2.307,70
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais			
66	Amortizações de Exercício	41.060,30		39.320,73
67	Provisões do Exercício	2.712,83	43.773,13	
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		511,59	1.033,06
	(A)		1.618.426,40	1.698.574,84
68	Custos e Perdas Financeiras		107,30	92,80
	(C)		1.618.533,70	1.698.667,64
69	Custos e Perdas Extraordinárias		6.359,65	14.077,32
	(E)		1.624.893,35	1.712.744,96
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício			
	(G)		1.624.893,35	1.712.744,96
88	Resultado Líquido do Exercício		-110.109,03	38.236,60
			1.514.784,32	1.750.981,56
PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e Prestações de Serviços			
72	Impostos e Taxas	574.367,78		478.685,39
742	Transferências Correntes Obtidas	937.799,17		1.267.111,87
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		1.512.166,95	1.745.797,26
	(B)		1.512.166,95	1.745.797,26
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		2.046,28	4.804,89
	(D)		1.514.213,23	1.750.602,15
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		571,09	379,41
	(F)		1.514.784,32	1.750.981,56
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =			-106.259,45	47.222,42
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C - A) =			1.938,98	4.712,09
Resultados correntes: (D) - (C) =			-104.320,47	51.934,51
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			-110.109,03	38.236,60
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =			-110.109,03	38.236,60

Os custos com pessoal, rubrica de maior preponderância no total dos custos, decresceram, de 2011 para 2012, 5,9%, ou seja, € 91.903. Esta diminuição resultou, basicamente, da redução remuneratória e da diminuição do reconhecimento do custo, em 2012, do subsídio de férias que seria pago em 2013, em ambos os casos, por determinação da Lei do Orçamento do Estado

Por conseguinte, o resultado líquido cifrou-se em (€ 110.109,03), o que representou um agravamento de (€ 148.345,63), face ao apurado no exercício económico de 2011.

6. MAPAS DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS / AÇÕES

Os dois quadros seguintes apresentam, resumidamente, a atividade desenvolvida no ano de 2012, pelo Departamento de Apoio Técnico.

Conclusão de ações de fiscalização prévia, concomitante e sucessiva

	UAT I	UAT II	UAT III	Total
1 — Ações/Tipologia	179	44	27	250
Auditorias	11	4	2	17
<i>Fiscalização prévia</i>	—	—	—	—
<i>Fiscalização concomitante</i>	2	—	—	2
<i>Fiscalização sucessiva</i>	9	4	2	15
Pareceres [2]	—	11	6	17
<i>Parecer ALRAA — ações preparatórias</i>	—	2	—	2
<i>Parecer CRAA — ações preparatórias</i>	—	9	6	15
Verificação interna de contas (n.º contas)	37	21	12	70
Processos de fiscalização prévia	93	—	—	93
Análise de adicionais a contratos visados	25	—	—	25
Análise de relatórios de controlo interno	4	2	—	6
Análise de denúncias	2	—	—	2
Outras ações	7	6	7	20

Grau de execução do Plano de 2012

Ações (n.º)	Execução (%)						Total
	100	80 a 100	50 a 80	20 a 50	5 a 20	NI	
Auditorias	17	5	10	2	5	4	43
Ações preparatórias de pareceres	17	—	—	—	—	—	17
Contas verificadas	70	20	—	—	—	2	92
Processos de fiscalização prévia	93	—	—	—	—	—	93
Adicionais a contratos visados	25	—	—	—	—	—	25
Relatórios de controlo interno	6	2	2	—	—	—	10
Denúncias	2	1	—	—	—	—	3
Outras ações	20	—	—	—	—	—	20
Total	250	28	12	2	5	6	303

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAI	SAA - Departamento de Apoio Instrumental	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/301.01	Melhorar a organização e o funcionamento interno dos serviços bem como a qualidade dos processos, procedimentos e arquivo (Ação)	Apoio administrativo	2.9.		3.1	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	17	5882	SAA-DAI	Just. dos Desvios:
12/305.04	Formação e aperfeiçoamento profissional (Ação)	Ação Instrumental	2.7.		3.5	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	16	124	SAA-DAI	Just. dos Desvios:
12/310.01	Promover o recurso à internet para comunicação com as várias entidades (Ação)	Não especificado	2.4.		3.10	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	310	SAA-DAI	Just. dos Desvios:
12/312.07	Implementar a contabilidade de custos, com definição do modelo a adoptar, e automatizar o tratamento e registo da informação (Ação)	Ação Instrumental	2.8.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	5	250	SAA-DAI	Just. dos Desvios:
12/312.08	Contribuição para a elaboração e acompanhamento da execução dos planos (Ação)	Planeamento / Acompanhamento da Execução	2.3.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	20	SAA-DAI	Just. dos Desvios:

- (a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior
 (b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.
 (c) Grau de Execução (%).
 (d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3:30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos
Por Departamento

03-04-2013
Página 1 de 2

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAI	SAA - Departamento de Apoio Instrumental	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/312.09	Acompanhamento da execução do Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (Ação)	Planeamento / Acompanhamento da Execução	2.3.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	30	SAA-DAI	Just. dos Desvios:

- (a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior
 (b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.
 (c) Grau de Execução (%).
 (d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3:30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos
Por Departamento

03-04-2013
Página 2 de 2

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.1	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.1	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
08/105.04	Inspeção extraordinária à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (IAR-56.04.17) (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.6.	X	3.3	(CO)	1	1	100	01-01-2008 31-12-2012	01-01-2008 28-11-2011			SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
08/117.01	VFC Empreendimentos, EM - Relações financeiras com o Município de Vila Franca do Campo e empresas participadas (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.8.	X	2.3 2.4	(CO)	1	1	100	01-01-2011 31-03-2012	01-01-2012 12-11-2012	2	15	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
09/105.02	Órgãos e serviços do Município de Velas (IAR - 56.03.47) (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.6.	X	3.3	(EC)	1	1	80	01-01-2009 31-12-2012	01-01-2009 31-12-2012			SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
09/105.06	Freguesia da Aguaiava (IAR - 56.04-2008-2) (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.6.	X	3.3	(CO)	1	1	100	01-01-2009 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	5	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
09/105.07	Freguesia das Velas (IAR - 56.03-2007-10) (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.6.	X	3.3	(EC)	1	1	50	01-01-2009 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	24	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 1 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.1	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.1	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
09/117.02	Espaço Povoação - Empresa Municipal de Atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, EM - Relações financeiras com o Município da Povoação e empresas participadas (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.8.	X	2.3 2.4	(EC)	1	1	70	01-03-2009 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	41	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
10/102.02	Adicionais ao contrato de empreitada de construção da Escola Básica Integrada de Ponta Garça (proc.nº81/2008) (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.5.	X	2.5 3.4	(EC)	1	1	90	01-01-2011 31-03-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	81	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
10/117.02	Ribeira Grande Mais - Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, EM - Relações financeiras com o Município da Ribeira Grande e empresa participada (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.8.	X	2.3 2.4	(EC)	1	1	60	01-01-2011 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	4	97	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
11/102.02	Adicionais ao contrato de empreitada de construção dos centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem das Ilhas das Flores e Graciosa (proc.º n.º 92/2009) (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.2.	X	2.5 3.4	(CO)	1	1	100	01-01-2011 30-09-2012	01-01-2012 12-09-2012	4	95	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 2 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.1	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.1	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
11/102.03	Adicionais ao contrato de empreitada de construção da EB2,3 de Água de Pau (proc.º n.º 105/2010) (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.5.	X	2.5 3.4	(CO)	1	1	100	01-09-2011 31-12-2012	01-01-2012 18-12-2012	5	53	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
11/103.01	Contratos de prestação de serviços com pessoas singulares - IDSA - Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores, I. P. R. A. (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.5.	X	2.5	(EC)	1	1	20	01-03-2011 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	5	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
11/104.01	Município de Ponta Delgada - Dívida pública e encargos plurianuais (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.6.	X	1.4 2.4	(CO)	1	1	100	01-01-2011 31-03-2012	01-01-2012 04-05-2012	4	34	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
11/104.02	Município de Angra do Heroísmo - Dívida pública e encargos plurianuais (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.6.	X	1.4 2.4	(CO)	1	1	100	01-01-2011 31-03-2012	01-01-2012 27-11-2012	4	22	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
11/104.03	Município da Horta - Dívida pública e encargos plurianuais (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.6.	X	1.4 2.4	(CO)	1	1	100	01-02-2011 31-05-2012	01-01-2012 26-09-2012	4	41	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
11/104.05	Estatuto remuneratório dos membros da Câmara municipal de Vila Franca do Campo (2005-2011) (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.6.	X	1.4 2.4	(EC)	1	1	40	01-01-2011 30-06-2012	01-01-2011 30-06-2012	3		SAA-DAT.1	

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

Por Departamento

03-04-2013

Página 3 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.1	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.1	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
11/109.01	Freguesias do Concelho da Calheta (5) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.6.	X	1.2	(CO)		5	100		01-01-2012 12-01-2012	2	2	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
11/109.05	Freguesias do concelho de Velas (6) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.6.	X	1.2	(CO)		6	100		01-01-2012 18-12-2012	3	13	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
11/110.04	Inspeção ordinária à Escola Básica e Integrada Praia da Vitória (IAR-56.03/2009/5) (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.5.	X	3.3	(CO)	1	1	100	01-01-2011 31-12-2012	01-01-2012 28-12-2012	2	34	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
11/110.07	Inspeção ordinária aos Serviços da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.6.	X	3.3	(EC)	1	1	50	01-01-2011 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	16	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/101.01	Análise de processos de Visto (150) (Ação de Controlo)	Análise de Processo de Visto	1.1.		3.4	(CO)	150	150	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	6	356	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

Por Departamento

03-04-2013

Página 4 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.1	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.1	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/101.02	A definir (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.1.		3.4	(NI)	1	1	0	01-01-2012 31-12-2012			SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:	
12/102.01	Análise de adicionais (50) (Ação de Controlo)	Análise de Processo de Visto	1.2.		2.5	(CO)	50	50	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	4	49	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/102.02	Adicionais a contratos de empreitada de obras públicas - Administração directa e indirecta e empresas públicas da Região Autónoma dos Açores (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.2.		2.5 3.4	(EC)	1	1	80	01-01-2012 30-09-2012	01-01-2012 31-12-2012	5	171	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/102.03	A definir (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.2.		2.5	(NI)	1	1	0	01-01-2012 31-12-2012				SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/102.04	A definir (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.2.		2.5	(NI)	1	1	0	01-01-2012 31-12-2012				SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/103.01	Azorina, SA - Contratos de trabalho e contratos de prestação de serviços com pessoas singulares	Auditoria Orientada	1.7.		2.5	(EC)	1	1	70	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	56	SAA-DAT.1	

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior
(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.
(c) Grau de Execução (%).
(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos
Por Departamento

03-04-2013
Página 5 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.1	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.1	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
	(Ação de Controlo)														Just. dos Desvios:
12/104.01	Município da Ribeira Grande - Dívida pública e encargos plurianuais (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.6.		1.4 2.4	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 11-07-2012	4	119	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/104.02	Município da Praia da Vitória - Dívida pública e encargos plurianuais (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.6.		1.4 2.4	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 18-12-2012	4	133	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/104.03	Município da Lagoa - Dívida pública e encargos plurianuais (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.6.		1.4 2.4	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 18-12-2012	4	115	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/104.04	Município do Nordeste - Dívida pública e encargos plurianuais (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.6.		1.4 2.4	(EC)	1	1	10	01-10-2012 30-06-2013	01-10-2012 31-12-2012	2	10	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/104.05	S.D.M.S.A. EEM - Objecto social e relações financeiras com o Município de Vila do Porto (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.8.		2.3 2.4	(EC)	1	1	50	01-04-2012 30-06-2013	01-01-2012 31-12-2012	3	56	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior
(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.
(c) Grau de Execução (%).
(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos
Por Departamento

03-04-2013
Página 6 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.1	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.1	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/104.06	Situação financeira da freguesia da Feteira (Angra Heroísmo) (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.6.		1.4	(CO)		1	100		01-01-2012 22-03-2012	2	34	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/104.07	Plano de saneamento financeiro do Município da Povoação - acompanhamento de recomendações (Ação de Controlo)	Auditoria de Seguimento	1.6.		3.6	(CO)		1	100		01-01-2012 17-05-2012	3	27	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/109.01	Freguesias do Concelho de Ponta Delgada (2011) (24) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.6.		3.3	(CO)	24	24	100	01-05-2012 31-12-2012	01-05-2012 18-12-2012	4	76	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/109.02	Freguesias do Concelho de Ribeira Grande (2011) (14) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.6.		1.2	(EC)	14	14	80	01-05-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	38	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/109.03	Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.6.		1.2	(EC)	1	1	90	01-05-2012 31-12-2012	01-05-2012 31-12-2012	3	27	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/109.04	Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.6.		1.2	(CO)	1	1	100	01-05-2012 31-12-2012	01-05-2012 12-11-2012	4	36	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 7 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.1	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.1	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/109.05	Associação de Municípios da Ilha do Pico (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.6.		1.2	(CO)	1	1	100	01-05-2012 31-12-2012	01-05-2012 12-11-2012	4	21	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/110.01	Inspeção ordinária ao Município da Praia da Vitória (IAR - 56.03.2010/5) (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.6.		3.3	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 09-07-2012	3	21	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/110.02	Inspeção ordinária ao Município da Ribeira Grande (IAR - 56.03.2011/2) (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.6.		3.3	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 12-03-2012	2	6	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/110.03	Inspeção ordinária ao Município de Vila do Porto (IAR - 56.03.2010/6) (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.6.		3.3	(EC)	1	1	90	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	25	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/110.04	Inspeção ordinária à Escola Básica e Integrada Mouzinho da Silveira (IAR - 56.03.2011/5) (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.5.		3.3	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 28-12-2012	2	10	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 8 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.1	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.1	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/110.05	Inspeção ordinária ao Município de São Roque do Pico (IAR -56.03.2011/7) (Ação de Controlo)	Análise de Relatórios de Controlo Interno	1.6.		3.3	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 23-03-2012	2	6	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/111.01	Exposição de Nina Pinto sobre atos dos órgãos do Município de Vila Franca do Campo (Ação de Controlo)	Análise de Denúncias	1.5.		1.2	(EC)	1	1	90	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	6	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/111.02	Aquisição de imóvel para serviços municipais - Município da Ribeira Grande (Ação de Controlo)	Análise de Denúncias	1.6.		1.2	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 19-10-2012	1	2	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/111.03	Atos de gestão praticados pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo (Ação de Controlo)	Análise de Denúncias	1.6.		1.2	(CO)		1	100		01-01-2012 09-01-2012	2	5	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/112.01	Acatamento de recomendações nos domínios de controlo da UAT I (Ação de Controlo)	Acompanhamento de recomendações	1.5.		3.6	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	4	50	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/113.01	Coordenação de Actividades desenvolvidas na UAT (Ação de Controlo)	Coordenação técnica	2.8.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	1	46	SAA-DAT.1	

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

Por Departamento

03-04-2013

Página 9 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.1	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.1	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/113.02	Apoio técnico à preparação de processos autónomos de multa (Ação)	Ação Instrumental	1.10.		2.3	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	4	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/113.03	Tratamento de Informação Técnica (Ação)	Ação Instrumental	2.9.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	4	67	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/305.01	Aperfeiçoamento e formação profissional (Ação)	Formação	2.7.		3.5	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	8	219	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/312.01	Contribuição para a elaboração e acompanhamento da execução dos planos (Ação)	Planeamento / Acompanhamento da Execução	2.3.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	26	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:
12/312.02	Acompanhamento da execução do Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (Ação)	Planeamento / Acompanhamento da Execução	2.3.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	1	4	SAA-DAT.1	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

Por Departamento

03-04-2013

Página 10 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
10/113.03	Escola Secundária Domingos Rebelo e Fundo Escolar <small>(Ação de Controlo)</small>	Auditoria Integrada	1.5.	X	1.2	(CO)		1	100		01-01-2012 12-01-2012	1	2	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
11/106.01	Deslocações e ajudas de custos nos gabinetes dos membros do Governo Regional <small>(Ação de Controlo)</small>	Auditoria Orientada	1.3.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-01-2011 31-03-2012	01-01-2012 15-06-2012	4	135	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
11/106.02	Apoios à Actividade Empresarial [Projecto 11.4 do Plano] <small>(Ação de Controlo)</small>	Auditoria Orientada	1.3.	X	1.2	(EC)	1	1	75	01-01-2011 31-03-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	102	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
11/108.01	Escola Profissional de Capelas <small>(Ação de Controlo)</small>	Auditoria Integrada	1.5.	X	1.2	(EC)	1	1	20	01-01-2011 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	132	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
11/108.02	Fundo Regional do Desporto <small>(Ação de Controlo)</small>	Auditoria Integrada	1.5.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-01-2011 31-03-2012	01-01-2012 04-05-2012	4	26	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
11/109.09	Escola Básica Integrada das Flores (2010) <small>(Ação de Controlo)</small>	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-09-2011 31-03-2012	01-01-2012 04-05-2012	2	4	SAA-DAT.2	

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 1 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
	<small>(Ação de Controlo)</small>														Just. dos Desvios:
11/109.10	Escola Básica Integrada das Velas (2010) <small>(Ação de Controlo)</small>	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-09-2011 31-03-2012	06-12-2011 26-09-2012	3	54	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
11/109.12	Escola Básica Integrada dos Biscoitos (2010) <small>(Ação de Controlo)</small>	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-09-2011 31-03-2012	01-01-2012 31-05-2012	4	51	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
11/109.16	Escola Básica Integrada de Nordeste (2010) <small>(Ação de Controlo)</small>	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-09-2011 31-03-2012	01-01-2012 31-05-2012	3	50	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
11/109.21	Escola Básica Integrada de Ribeira Grande (2010) <small>(Ação de Controlo)</small>	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-09-2011 31-03-2012	01-01-2012 31-05-2012	3	47	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
11/109.22	Fundo Escolar da EBI Ginetes (2010) <small>(Ação de Controlo)</small>	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-09-2011 31-03-2012	01-01-2012 22-03-2012	3	21	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 2 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
11/109.24	Alfandega de Ponta Delgada - Cofre (2010) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.7.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-09-2011 31-03-2012	01-01-2012 22-03-2012	4	55	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/105.01	Actividade e Gestão dos Serviços da ALRAA (Ação de Controlo)	Auditoria Integrada	1.3.		1.1 1.5	(CO)	1	1	100	01-01-2012 30-09-2012	16-01-2012 26-09-2012	5	188	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/105.02	Trabalhos preparatórios do Parecer sobre a Conta da ALRAA (2011) (Ação de Controlo)	Parecer sobre a Conta da ALR	1.3.		1.1 1.5	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-10-2012	01-01-2012 19-10-2012	4	47	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/105.03	Parecer sobre a Conta da ALRAA (2011) (Ação de Controlo)	Parecer sobre a Conta da ALR	1.3.		1.1 1.5	(CO)	1	1	100	01-10-2012 30-11-2012	01-01-2012 07-12-2012	4	8	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/106.01	Enquadramento legal de apoios atribuídos pela SRCTE (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.5.		1.2	(EC)	1	1	90	01-01-2012 30-09-2012	01-01-2012 31-12-2012	4	252	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/106.02	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria [despesas do ORAA]	Auditoria Orientada	1.5.		1.2	(EC)	1	1	50	01-01-2012 30-09-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	144	SAA-DAT.2	

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3:30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

Por Departamento

03-04-2013

Página 3 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/106.05	Processo Orçamental (CRAA/2011) (Ação de Controlo)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-07-2012	01-01-2012 27-09-2012	3	49	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/106.06	Receita (CRAA/2011) (Ação de Controlo)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-04-2012 30-09-2012	01-01-2012 04-10-2012	3	90	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/106.07	Despesa (CRAA/2011) (Ação de Controlo)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-06-2012 30-09-2012	01-01-2012 04-10-2012	3	125	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/106.08	Operações extra-orçamentais (CRAA 2011) (Ação de Controlo)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-06-2012 30-09-2012	01-01-2012 18-10-2012	2	9	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/106.09	Serviços e Fundos Autónomos (CRAA/2011)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-05-2012 30-09-2012	01-01-2012 18-10-2012	3	61	SAA-DAT.2	

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3:30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

Por Departamento

03-04-2013

Página 4 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/106.10	(Ação de Controlo) Apoios Financeiros (CRAA/2011)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-05-2012 30-09-2012	01-01-2012 18-10-2012	3	105	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/106.11	(Ação de Controlo) Divida e outras responsabilidades (CRAA/2011)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.4 1.5	(CO)	1	1	100	01-05-2012 30-09-2012	01-01-2012 16-10-2012	3	203	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/106.12	(Ação de Controlo) Relatório e Parecer sobre a CRAA/2011 - 1	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-10-2012 30-11-2012	01-05-2012 07-12-2012	2	29	SAA-DAT.2 SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/106.13	(Ação de Controlo) Acompanhamento da Execução do ORAA - 2012	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	7	27	SAA-DAT.2 SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/108.01	(Ação de Controlo) Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade	Auditoria Integrada	1.5.		1.2	(NI)	1	1	0	01-11-2012 31-03-2013		1	10	SAA-DAT.2	

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 5 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/108.02	(Ação de Controlo) Protocolos de natureza financeira entre a Segurança Social e as IPSS	Auditoria Integrada	1.11.		1.2	(EC)	1	1	60	01-01-2012 30-09-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	108	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.06	(Ação de Controlo) Tesoureiro de Ponta Delgada (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	01-01-2012 12-11-2012	3	9	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.07	(Ação de Controlo) Tesoureiro de Angra do Heroísmo (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	01-01-2012 12-11-2012	3	8	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.08	(Ação de Controlo) Tesoureiro da Horta (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	01-01-2012 12-11-2012	3	8	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.09	(Ação de Controlo) Fundo Escolar da EBI / S da Madalena (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-10-2012 31-03-2013	01-08-2012 27-11-2012	3	29	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 6 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/109.10	Escola Básica Integrada / S da Povoação (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(EC)	1	1	80	01-04-2012 31-12-2012	14-11-2012 31-12-2012	1	42	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.11	Escola Básica Integrada / S de Santa Maria (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	23-05-2012 27-11-2012	3	25	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.12	Escola Básica Integrada Canto da Maia (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(EC)	1	1	80	01-04-2012 31-12-2012	20-06-2012 31-12-2012	2	43	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.13	Fundo Escolar da EBI Praia da Vitória (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	09-07-2012 18-12-2012	3	28	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.14	Escola Básica Integrada de Água de Pau (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	01-04-2012 18-12-2012	3	40	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.15	Escola Básica Integrada de Lagoa (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	01-04-2012 27-11-2012	3	43	SAA-DAT.2	

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 7 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
	(Ação de Controlo)														Just. dos Desvios:
12/109.16	Fundo Escolar da EBI Mouzinho da Siveira (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(EC)	1	1	80	01-04-2012 31-12-2012	01-04-2012 31-12-2012	1	20	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.17	Escola Básica Integrada Roberto Ivens (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	01-04-2012 26-09-2012	3	23	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.18	Escola Secundária Vitorino Nemésio (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(EC)	1	1	80	01-10-2012 31-03-2013	29-06-2011 31-12-2012	1	26	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.19	Escola Básica Integrada de Lajes do Pico (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-10-2012 31-03-2013	11-06-2012 12-11-2012	3	21	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.20	Fundo Escolar da EBI Maia (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(NI)	1	1	0	01-10-2012 31-03-2013				SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 8 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/109.21	Escola Básica Integrada de Arrifes (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(EC)	1	1	80	01-10-2012 31-03-2013	19-09-2012 31-12-2012	1	26	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.22	Serviço Educação Física e Desporto da Terceira (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	11-06-2012 12-11-2012	3	29	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.23	Inspeção Regional da Educação (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-10-2012 31-03-2013	01-06-2012 27-11-2012	3	19	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.24	Alfandega de Ponta Delgada - Cofre de Angra do Heroísmo (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.7.		1.2	(NI)	1	1	0	01-10-2012 31-03-2013				SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.25	Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - Cofre (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.7.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	14-05-2012 24-10-2012	3	32	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/109.26	Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - OE (2011) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.7.		1.2	(CO)	1	1	100	01-04-2012 31-12-2012	14-06-2012 26-09-2012	2	25	SAA-DAT.2	

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 9 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/112.02	Acatamento de recomendações nos domínios de controlo da UAT II (Ação de Controlo)	Acompanhamento de recomendações	1.3.		3.6	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	9	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/113.04	Coordenação de Actividades desenvolvidas na UAT (Ação)	Coordenação técnica	2.8.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	63	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/113.05	Tratamento de Informação Técnica (Ação)	Ação Instrumental	2.9.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	4	131	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/305.02	Aperfeiçoamento e formação profissional (Ação)	Formação	2.7.		3.5	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	9	79	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:
12/312.03	Contribuição para a elaboração e acompanhamento da execução dos planos (Ação)	Planeamento / Acompanhamento da Execução	2.3.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	42	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

03-04-2013

Por Departamento

Página 10 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral	Auditor Coordenador / Diretor de Serviços
SAA-DAT.2	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.2	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA	Flor de Lima / Carlos Bedo

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/312.04	Acompanhamento da execução do Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (Ação)	Planeamento / Acompanhamento da Execução	2.3.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	5	SAA-DAT.2	Just. dos Desvios:

- (a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior
 (b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.
 (c) Grau de Execução (%).
 (d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3:30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos
 Por Departamento

03-04-2013
 Página 11 de 11

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.3	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.3	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
10/118.03	Associação Portas do Mar (Ação de Controlo)	Auditoria Financeira	1.9.	X	2.3	(EC)	1	1	95	01-01-2011 30-06-2012	01-01-2012 31-12-2012	4	325	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
11/106.03	PRORURAL: Medida 1.6 / Melhoria do valor económico das florestas; Medida 1.7 / Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais. (Ação de Controlo)	Auditoria de Projecto ou Programa	1.3.	X	1.2	(CO)		1	100		01-01-2012 17-05-2012	3	98	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
11/106.04	Aplicação e controlo das transferências do ORAA - Plano de Investimentos para sociedades e quase sociedades não financeiras privadas, a seleccionar (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.3.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-01-2011 31-01-2012	01-01-2012 22-03-2012	3	32	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
11/107.01	Lotação - relacionamento financeiro com outras entidades (Ação de Controlo)	Auditoria Financeira	1.7.	X	2.3	(EC)	1	1	90	01-01-2011 30-06-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	196	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
11/107.02	Requalificação e reordenamento da frente marítima da cidade da Horta (APTO) (Ação de Controlo)	Auditoria de Projecto ou Programa	1.3.	X	1.2	(EC)	1	1	70	01-01-2011 31-10-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	314	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior
 (b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.
 (c) Grau de Execução (%).
 (d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos 03-04-2013
 Por Departamento Página 1 de 8

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.3	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.3	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
11/108.03	Acompanhamento da aplicação do POCMS (Ação de Controlo)	Auditoria Orientada	1.5.	X	1.2	(EC)	1	1	70	01-01-2011 30-06-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	386	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
11/109.31	Centro de Oncologia dos Açores Prof. Dr. José Conde (2010) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.	X	1.2	(CO)		1	100		01-01-2012 12-01-2012	1	2	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
11/109.32	Centro de Saúde da Praia da Vitória (2010) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-06-2011 29-02-2012	01-01-2012 28-02-2012	4	18	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
11/109.33	Centro de Saúde de Vila Franca do Campo (2010) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.	X	1.2	(CO)	1	1	100	01-01-2011 29-02-2012	01-01-2012 28-02-2012	4	18	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
11/109.34	Unidade de Saúde da Ilha do Pico (2010) (Ação de Controlo)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.	X	1.2	(CO)		1	100		01-01-2011 12-01-2012	1		SAA-DAT.3, SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/106.03	Centro de Artes Contemporâneas dos Açores (Proconvergência)	Auditoria de Projecto ou Programa	1.3.		1.2	(NI)	1	1	0	01-10-2012 31-12-2012		4		SAA-DAT.3	

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior
 (b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.
 (c) Grau de Execução (%).
 (d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos 03-04-2013
 Por Departamento Página 2 de 8

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.3	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.3	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/106.04	(Ação de Controlo) Aquisição de Bens e Serviços Correntes - Rubrica Residual - Plano de Investimento (Cap. 40)	Auditoria Financeira	1.3.		1.2	(EC)	1	1	50	01-02-2012 31-10-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	235	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/106.14	(Ação de Controlo) Património (CRAA/2011)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-05-2012 31-12-2012	01-01-2012 19-10-2012	3	177	SAA-DAT.3, SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/106.15	(Ação de Controlo) Fluxos Financeiros ORAA/SPER (CRAA/2011)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-07-2012 31-12-2012	01-01-2012 19-10-2012	3	112	SAA-DAT.3, SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/106.16	(Ação de Controlo) Plano de Investimentos (CRAA/2011)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-07-2012 30-09-2012	01-01-2012 19-10-2012	3	97	SAA-DAT.3, SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/106.17	(Ação de Controlo) Fluxos Financeiros com UE (CRAA/2011)	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-06-2012 31-12-2012	01-01-2012 19-10-2012	3	84	SAA-DAT.3, SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior
 (b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.
 (c) Grau de Execução (%).
 (d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3:30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos 03-04-2013
 Por Departamento Página 3 de 8

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.3	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.3	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/106.18	(Ação de Controlo) Relatório e Parecer sobre a CRAA/2011 - 2	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(CO)	1	1	100	01-10-2012 30-11-2012	19-11-2012 07-12-2012	2	36	SAA-DAT.3, SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/106.19	(Ação de Controlo) Acompanhamento da Execução do ORAA - 2012	Ação preparatória do Parecer sobre a CR	1.3.		1.5	(EC)	1	1	50	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2		SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/107.01	(Ação de Controlo) SATA	Auditoria Orientada	1.7.		2.3	(EC)	1	1	10	01-01-2012 31-12-2012	20-04-2012 31-12-2012	2	50	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/107.02	(Ação de Controlo) Ilhas de Valor - Exploração e Gestão campos de Golfe na RAA	Auditoria Orientada	1.7.		2.3	(NI)	1	1	0	01-01-2012 31-12-2012		4		SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/107.03	(Ação de Controlo) SPRHI - Gestão da Dívida e outras Responsabilidades	Auditoria Orientada	1.7.		2.3	(EC)	1	1	10	01-01-2012 31-12-2012	07-05-2012 31-12-2012	2	70	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior
 (b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.
 (c) Grau de Execução (%).
 (d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3:30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos 03-04-2013
 Por Departamento Página 4 de 8

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.3	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.3	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/107.04	(Ação de Controlo) Contrato-programa - Hospital Divino Espírito Santo P.Delgada/D.R.S./Saúdaçor	Auditoria Orientada	1.7.		1.2	(EC)	1	1	20	01-04-2012 30-11-2012	05-03-2012 31-12-2012	3	90	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/107.05	(Ação de Controlo) Contrato Programa - Hospital da Horta /D.R.S./Saúdaçor	Auditoria Orientada	1.7.		1.2	(NI)	1	1	0	01-10-2012 30-04-2013		1	90	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/109.27	(Ação de Controlo) Fundo Regional de Coesão (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-06-2012 31-12-2012	01-01-2012 18-12-2012	3	48	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/109.28	(Ação de Controlo) Inspeção Regional de Saúde (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-05-2012 31-12-2012	01-05-2012 18-12-2012	3	50	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/109.29	(Ação de Controlo) Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-06-2012 31-12-2012	01-06-2012 27-12-2012	4	72	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/109.30	(Ação de Controlo) Fundo Regional do Emprego (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 18-12-2012	4	48	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

Por Departamento

03-04-2013

Página 5 de 8

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral		Auditor Coordenador / Diretor de Serviços	
SAA-DAT.3	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.3	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA		Flor de Lima / Carlos Bedo	

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/109.31	(Ação de Controlo) Centro de Saúde de Angra do Heroísmo (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-05-2012 31-12-2012	02-07-2012 18-12-2012	4	80	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/109.32	(Ação de Controlo) Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-05-2012 31-12-2012	21-05-2012 18-12-2012	4	80	SAA-DAT.3 SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/109.33	(Ação de Controlo) Unidade de Saúde de Ilha do Faial (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-05-2012 31-12-2012	21-05-2012 18-12-2012	4	83	SAA-DAT.3 SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/109.34	(Ação de Controlo) Unidade de Saúde de Ilha das Flores (2011)	VIC (Verificação Interna de Contas)	1.5.		1.2	(CO)	1	1	100	01-05-2012 31-12-2012	04-06-2012 18-12-2012	4	78	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/112.03	(Ação de Controlo) Acatamento de recomendações nos domínios de controlo da UAT III	Acompanhamento de recomendações	1.3.		3.6	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	7	93	SAA-DAT.3 SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3.30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

Por Departamento

03-04-2013

Página 6 de 8

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral	Auditor Coordenador / Diretor de Serviços
SAA-DAT.3	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.3	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA	Flor de Lima / Carlos Bedo

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/113.06	Coordenação de Actividades desenvolvidas na UAT (Ação)	Coordenação técnica	2.8.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	12	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/113.07	Tratamento de Informação Técnica (Ação)	Ação Instrumental	2.9.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	3	26	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/305.03	Aperfeiçoamento e formação profissional (Ação)	Formação	2.7.		3.5	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	6	62	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/311.01	Acompanhar a intervenção do TCE na Região (Ação de Controlo)	Acompanhamento das auditorias do TCE	2.2.		3.11	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	23-10-2012 30-11-2012	1	8	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:
12/312.05	Contribuição para a elaboração e acompanhamento da execução dos planos (Ação)	Planeamento / Acompanhamento da Execução	2.3.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	7	134	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3:30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

Por Departamento

03-04-2013

Página 7 de 8

Departamento de Auditorial / Direção de Serviço		Juiz Responsável / Diretor-Geral	Auditor Coordenador / Diretor de Serviços
SAA-DAT.3	Un. Apoio Téc. SAA-DAT.3	NUNO MANUEL PIMENTEL LOBO FERREIRA	Flor de Lima / Carlos Bedo

Acompanhamento dos Atributos Genéricos

Projetos / Ações Genéricas / Ações		Tipologia	Prog.	Transitada de 2011 (a)	LOE.	Sit. (b)	Meta			Horiz. Temporal		Rec. Hum.		Serviços Envolvidos	Observações
Código	Designação						Plano	Real	% (c)	Plano	Real	Nº	UT's (d)		
12/312.06	Acompanhamento da execução do Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (Ação)	Planeamento / Acompanhamento da Execução	2.3.		3.12	(CO)	1	1	100	01-01-2012 31-12-2012	01-01-2012 31-12-2012	2	8	SAA-DAT.3	Just. dos Desvios:

(a) Ação Transitada: (X) - Ação Transitada do Plano de Ação do ano anterior

(b) Situação da Ação: (NI) - Não Iniciada; (EC) - Em Curso; (CO) - Concluída; (CA) - Cancelada.

(c) Grau de Execução (%).

(d) Unidade de Tempo (UT): Corresponde a metade do período normal de trabalho diário (3:30 h) - Valor médio disponível de trabalho, por funcionário = 410 UT's

Acomp. Atrib. Genéricos

Por Departamento

03-04-2013

Página 8 de 8